

Diário do Legislativo de 24/10/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PSC

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 38ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Comemorar os 50 Anos do Trabalho Desenvolvido pelos Gideões Internacionais do Brasil

1.2 - 47ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 38ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 19/10/2006

Presidência dos Deputados João Leite e André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. Maurício Melo de Meneses - Declamação de textos - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

André Quintão - João Leite - Maria Olívia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Atas

- A Deputada Maria Olívia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Maurício Melo de Meneses, Presidente Nacional da Ordem Gideão; Ten.-Cel. PM Divino Pereira de Brito, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. PM Hélio dos Santos Júnior; Pastor Roberto Brasileiro Silva, Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil; e Sílvio Musmam, Presidente da Associação Israelita de Minas Gerais.

Registro de Presença

A locutora - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Athos Vieira de Andrade, ex-Deputado Estadual e Federal; do Vereador e Deputado eleito Vanderlei Miranda; e Jadyr Elon Braga, assessor da Prefeitura de Belo Horizonte.

Destinação da Reunião

A locutora - Destina-se esta reunião a comemorar os 50 anos do trabalho desenvolvido pelos Gideões Internacionais no Brasil.

Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Palavras do Deputado João Leite

Sr. Maurício Melo de Meneses, Presidente Nacional da Ordem Gideão; Ten.-Cel. Divino Pereira de Brito, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. PM Hélio dos Santos Júnior; Pastor Roberto Brasileiro Silva, Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil; Sílvio Musman, Presidente da Associação Israelita de Minas Gerais, senhoras e senhores, meus irmãos e minhas irmãs, boa noite. "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque o Senhor me ungiu para pregar boas-novas aos mansos; enviou-me a restaurar os contritos de coração, a proclamar liberdade aos cativos e a abertura de prisão aos encarcerados".

Essas palavras foram pronunciadas por Isaías, o maior dos profetas, e também por Jesus Cristo, a quem tributamos toda honra e toda a glória desta reunião especial.

Setecentos anos separam as duas proclamações de salvação: Isaías profetizando e Jesus cumprindo o que foi anunciado. Hoje, vemos a materialização da profecia de Isaías e a obediência a essa vontade de Jesus expressas em nossos cotidianos por meio dos Gideões Internacionais.

Presentes em 181 países, os Gideões Internacionais já distribuíram mais de 1.300.000.000 de exemplares da Palavra de Deus, em 83 idiomas, desde a sua fundação em 1899.

Ao completar seu cinquentenário de atuação no Brasil, os Gideões também apresentam números impressionantes, numa incontestável prova de amor a Deus: 123 milhões de Novos Testamentos distribuídos por todo o País, privilegiando as áreas de difícil acesso para as igrejas, como hotéis, faculdades, hospitais e quartéis. Para o atual exercício 2006-2007, o alvo é alcançar 7 milhões de brasileiros com a Palavra do Senhor.

Esse é um trabalho para Deus pelo qual tenho uma admiração muito especial, porque me inspirou no início de minha conversão. Ao longo de minha carreira de atleta profissional, cumpri essa mesma missão e, a cada partida de futebol, entregava uma Bíblia ao goleiro ou a um atleta do time adversário. Muitas vezes, jogando fora do Brasil pela Seleção Brasileira, tive a oportunidade de entregar Bíblia a Schummacher, goleiro da seleção alemã; a Rodolfo Rodríguez, goleiro da seleção uruguaia, ao goleiro muçulmano da Argélia e, na Romênia, em meio à Guerra Fria, com a ajuda de todos os jogadores do meu time, entreguei Bíblias aos jogadores adversários.

Há três anos, estive pregando em uma igreja na cidade de Formiga. Lá encontrei Ivan, ex-jogador do Cruzeiro, para quem, em 1984, entreguei uma Bíblia. Era a noite do seu batismo, e ele carregava a Bíblia que eu lhe havia dado no jogo Atlético e Cruzeiro em 1984.

O que dizer dos frutos dos Gideões? Quantas pessoas encontraram a vida eterna, por meio desse trabalho feito com humildade, fé e obediência ao Senhor Jesus! "Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura" - Mc 16:15". Quantos milhões de brasileiros podem hoje recitar o versículo 105, do Salmo 119! "Lâmpada para os meus pés é tua palavra, e luz para o meu caminho".

Todos temos acompanhado os dias difíceis por que nosso país tem passado, envolto em tantas denúncias, corrupções e mentiras. Grande parte dos principais administradores públicos está afastada de Deus, e por Ele não tem nenhum temor, não sabe que feliz é o homem que teme ao Senhor continuamente - Provérbios 28:14. Essas vidas carecem de Jesus, precisam de uma oportunidade com os Gideões. A glória dedicamos a Deus, mas não podemos deixar de honrar os Gideões por se colocarem de forma incondicional a serviço do Reino.

A minha oração a Deus para esse guerreiros é a mesma de Jesus para seus discípulos: "Santifica-os na verdade, a tua palavra é a verdade" - João 17:17. Deus abençoe todos! Obrigado.

Exibição de Vídeo

A locutora - Convidamos os presentes a assistir a um documentário sobre o ministério gideônico.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

A locutora - O Deputado João Leite, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega ao Sr. Maurício Melo de Meneses de placa alusiva a esta comemoração. Solicitamos a este, bem como ao Deputado João Leite, que se posicione no local indicado pelo cerimonial. A placa contém os seguintes dizeres: "Cristãos que dedicam parte de seu tempo para que, assim como eles, outras pessoas possam beneficiar-se de uma edificante leitura: a da Bíblia Sagrada. Assim como o personagem bíblico Gideão, esses homens realizam, com humildade, fé e obediência, um abnegado trabalho em favor do próximo, ao divulgar, por toda parte, a palavra de Deus. A merecida homenagem da Assembléia Legislativa aos Gideões Internacionais e a suas Auxiliares pelo nobre serviço que prestam à comunidade".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Maurício Melo de Meneses

Exmos. Srs. Deputado João Leite, nosso irmão em Cristo e autor do requerimento desta reunião histórica para o nosso ministério, nosso agradecimento; Ten.-Cel. PM Divino Pereira de Brito, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Reverendo Roberto Brasileiro Silva, Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil; Sívio Musman, Presidente da Associação Israelita de Minas Gerais, demais autoridades presentes, gideões, auxiliares, pastores e pastoras, povo de Deus, este é um dia muito especial para nós, porque, conforme foi dito em nosso histórico, estamos aqui, nesta mesma tribuna, comemorando os 50 anos da primeira distribuição oficial em nossa pátria.

Estou plenamente certo de que Aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao dia de Cristo Jesus". Filipenses 1:6

Em 1953, o Reverendo Gutemberg de Campos escreveu uma carta ao Irmão Abdênego Lisboa, servo de Deus e morador de Belo Horizonte, convidando-o a entrar para o Ministério Gideônico no Brasil, marcando uma reunião em um determinado local às margens do Rio Tietê, na cidade de Bauru, em São Paulo.

Detalhes desse encontro pouco sabemos, mas temos o resultado positivo de que os 30 servos de Deus que aceitaram o convite e lá estiveram foram abençoados e usados pelo Eterno para o começo desse grandioso Ministério dos Gideões Internacionais em nosso país.

Passados todos esses anos, a boa semente caída em terra fértil se espalhou abundantemente. Hoje temos a honra e a satisfação de estarmos representando esse Ministério no Brasil, o qual está sendo homenageado no mesmo lugar onde, há exatos 50 anos, foi realizada a primeira distribuição dos Novos Testamentos em nosso país.

Esse feito inesquecível foi comandado pelo nosso primeiro gideão brasileiro, também aqui de Belo Horizonte, o Irmão José Ramos Vilas Boas, que, após receber sua credencial, em maio de 1956, escreveu uma carta à sede internacional incentivando a organização oficial do Ministério no Brasil. Conforme foi dito em nosso documentário, em 1953, iniciou-se o nosso Ministério.

O plantio desses 50 anos da palavra de Deus estamos colhendo hoje, com muita alegria, com o expressivo número superior a 120 milhões de Novos Testamentos distribuídos gratuitamente em nossa pátria.

Em nome de todos os gideões e suas esposas, que são chamadas de auxiliares, queremos externar nossa gratidão a esta augusta Casa de leis. Ao Deputado e irmão João Leite, a nossa gratidão eterna. Pedimos-lhe que transmita aos seus pares o nosso reconhecimento.

Parafraseando o nosso pioneiro gideão Vilas Boas, que disse no seu pronunciamento, nesta mesma tribuna, há 50 anos: "Que são vocês, Srs. Deputados, que fazem as leis do meu Estado", queremos conclamar a todos os legisladores desta Casa, para que fiquem atentos quanto às investidas negativas contra o reino de Deus e não deixem que se façam leis que venham a proibir a nossa livre entrada, para a distribuição da santa palavra de Deus, nas escolas, universidades, quartéis e em tantos outros lugares.

Infelizmente, houve essa falta de atenção dos legisladores do país que iniciou esse trabalho no mundo, os Estados Unidos, onde mais de 80% da população é evangélica. Hoje as portas das escolas e das universidades estão fechadas para a entrada dos gideões.

Por isso, irmão João Leite, pedimos-lhe que esteja vigilante com seus pares, para que isso não aconteça em nossa pátria. Pedimos ao Eterno, ao nosso Deus, que essa situação nos Estados Unidos, no seu tempo, possa ser mudada.

Nesta preciosa oportunidade, agradecemos a Deus pela vida de cada gideão, de cada auxiliar deste Estado e também de todo o País. Não poderíamos deixar de citar os irmãos pioneiros de Minas Gerais e as irmãs ploneiras aqui presentes. O nosso valoroso Gideão Athos Vieira de Andrade foi usado por Deus, como Deputado, para, desde aquela época, abrir as portas de escolas e universidades de tantos lugares. Sabemos que, no início, era difícil; havia resistências para entregar a palavra de Deus, principalmente aqui, em Minas Gerais. Sou testemunha disso, sou mineiro e filho de pastor. Meu pai era pastor aqui, em Minas, e conheço muitas histórias que ele nos contava das dificuldades que havia com a palavra de Deus em Minas Gerais.

Por fim, nossos agradecimentos aos pastores das denominações que apóiam o nosso Ministério. Nossa gratidão por cederem seus membros e manterem as portas das suas igrejas sempre abertas para a continuação desse valioso trabalho, até o dia em que formos todos para a Jerusalém eterna.

Este Ministério dos Gideões Internacionais, com seu objetivo único e sublime da distribuição gratuita da palavra de Deus, presente hoje em 181 países e com a tradução da Bíblia em 83 idiomas, é, sem dúvida nenhuma, o maior Ministério de Evangelização do planeta. Por tudo isso, a Deus toda a honra, glória e louvor! Muito obrigado.

Declamação de Textos

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Gideão Cornélio Augusto, que declamará textos da Bíblia Sagrada.

- Procede-se à declamação de textos da Bíblia Sagrada.

Apresentação Musical

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação da cantora Simone Schuenck Ferreira dos Santos.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Gostaria de agradecer ao Cerimonial da Assembléia Legislativa, que há muito vem ajudando-nos para que tudo corresse bem nesta noite memorável. Agradeço também a todos os companheiros da TV Assembléia, que nos está levando para 300 cidades, e aos companheiros gideões e auxiliares que nos estão acompanhando em Minas.

O Sr. Maurício Melo de Meneses (em aparte) - Queremos fazer um agradecimento especial. Já agradecemos ao Deputado João Leite e a esta Casa, mas não poderia deixar de agradecer ao irmão Eliazar Moura, representante do Gabinete Nacional dos Gideões, e a sua amada esposa, pelo tempo e amor dedicados à realização deste evento. Em nome deles, agradecemos a todos que colaboraram imensamente para que pudéssemos viver este dia tão especial para honra e glória de Jesus. Amém.

O Sr. Presidente - O Presidente lembrou bem, contamos sempre com a presença do irmão Eliazar na Assembléia, tratando de todos os detalhes. Saúdo nosso irmão, Pastor Vanderlei Miranda, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte e Deputado eleito. Se Deus quiser, trabalharemos juntos nesta Casa na próxima legislatura. Saúdo também o Deputado Athos, que ocupou um lugar nesta Casa durante algum tempo. Vanderlei Miranda e eu continuaremos seu trabalho aqui. Solicito autorização de todos para fazer uma saudação especial ao Sr. Sívlio Musman, Presidente da Associação Israelita, e pedir-lhe que leve a toda a comunidade judaica de Minas Gerais nossa saudação.

Convido todos para, no dia 5 de maio, comemorarmos os 59 anos da volta dos judeus a Israel. Tivemos a presença nesta Assembléia, em um dos anos, de representantes de Israel. Tem sido um momento de muita alegria para todos nós estar com a comunidade judaica. Tomo a liberdade de falar em nome de todos, e que o Presidente da Associação leve à comunidade judaica nossa saudação e nosso amor.

Importante personagem bíblico, Gideão representa o homem comum que aparece em momento importante da história de Israel para ajudar e libertar seu povo num momento de opressão.

Foi chamado por Deus para defender os hebreus, quando a esperança parecia consumida pelas trevas. As tribos mostravam-se desorganizadas, com suas plantações destruídas provocando a fome.

Gideão, filho de uma família humilde, não se furtou ao chamado de Deus. Destruiu o altar de Baal e, em seu lugar, ergueu um altar a Javé, à frente de um pequeno e valente exército.

Há meio século entre nós, braço unido de diversas igrejas evangélicas, os Gideões Internacionais, a exemplo de seu patrono, vêm executando sua missão de tornar conhecido o evangelho de Cristo.

Ao surgir, ainda no final do século XIX nos Estados Unidos, o movimento brotou da atitude de dois jovens, que, num hotel lotado, foram levados a partilhar um quarto. Identificando-se como cristãos, leram juntos a Bíblia, o que lhes trouxe a idéia de uma associação em torno de um objetivo comum e altruísta.

Baseados na humildade, na fé e na obediência de Gideão, pensaram em tornar mais eficaz o testemunho de cristãos, que, como eles, viajavam comercialmente, tendo de passar grande parte de seu tempo nos hotéis.

Nasce, então, a ininterrupta atividade que atinge hoje mais de 180 países, colocando e distribuindo as escrituras em hotéis, escolas, prisões e hospitais.

A preocupação inicial com a solidão dos viajantes, longes de sua cidade, de suas famílias e de seus amigos, expostos a crises de consciência e ao assédio do desespero, leva, atualmente, todos os que a vida impele a uma situação de isolamento.

Durante esses anos, milhões de pessoas tiveram a oportunidade do consolo da palavra de Deus a lhes revelar ou avivar a fé em momentos de sofrimento, quando, fragilizados, os indivíduos são confrontados com o lado sombrio de suas almas.

Por essa lição de desprendimento e de compromisso com a salvação dos que se expõem a momentos difíceis, os Gideões do Brasil, como seus colegas de todo o planeta, merecem ser celebrados por seu ato anônimo da mais generosa solidariedade.

Torna-se a homenagem que ora realizamos ainda mais significativa por ter esse notável trabalho começado, em 18/10/56, no Plenário do antigo prédio desta Assembléia Legislativa.

O gesto pioneiro do agrimensor e professor universitário José Ramos Vilas Boas, distribuindo, pela primeira vez em Minas Gerais, Novos Testamentos, trouxe a esta Casa o exemplo da fé e da simplicidade do primeiro gideão.

Desejamos longa vida a essa associação, para que possa cumprir sua nobre missão evangelizadora.

Que todos possam ter acesso à palavra que salva e liberta. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de terça-feira, dia 24, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 18/10/2006

Presidência dos Deputados Mauri Torres, Rêmoló Aloise e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 17.225; discurso do Deputado Laudelino Augusto; suspensão e reabertura da reunião; discurso do Deputado Padre João; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; discursos do Deputado Edson Rezende e da Deputada Elisa Costa; votação secreta; manutenção; declarações de voto; questão de ordem; declarações de voto; questões de ordem; declaração de voto - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elbe Brandão - Elisa Costa - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pindaça Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião os vetos às Proposições de Lei nºs 17.076 e 17.204, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 17.225, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2007 e dá outras providências. Designado relator em Plenário, o Deputado Dilzon Melo opinou pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim"; e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Laudelino Augusto.

O Deputado Laudelino Augusto* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, trata-se de um veto sobre os incisos III, IV, V e VI do art. 17 da LDO, que estabelecem um conjunto de informações sobre a administração pública estadual que devem estar disponíveis na internet, para a consulta dos cidadãos.

Lembro que esse dispositivo entrou na LDO por uma emenda do nosso bloco, o PT-PCdoB, buscando dar transparência aos atos públicos.

Ele foi acolhido na LDO pelo relator na forma de uma subemenda que, de certa forma, enfraquece a nossa emenda, mas, pelo menos, insere a obrigatoriedade de alguns itens da administração pública estarem à disposição na internet.

Ficamos muito preocupados com o veto, com a alegação de que esses dados já estão disponíveis nas Secretarias, etc. Já há a Lei de Responsabilidade Fiscal, que torna obrigatória essa prestação de contas; mas, lamentavelmente, isso não é feito da forma como deveria. Então, sentimo-nos no direito de duvidar das prestações de contas.

Há questões sérias de que já falamos, e que ainda discutiremos, enquanto for possível: as questões que envolvem o Tribunal de Contas, pois somos seus conselheiros e aprovamos as contas, mesmo que o parecer dos técnicos desse Tribunal seja contrário.

Lerei um item do relatório da Comissão Especial do Tribunal de Contas, feito nesta Assembléia em 2003. O item 9 trata desse assunto que encaminhamos para a derrubada do veto. Esse documento foi assinado pela Comissão Especial, tendo à época como relator o Deputado Antônio Carlos Andrada, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas. O relatório diz o seguinte: "Falta transparência na atuação do Tribunal de Contas no que se refere à utilização da internet. Verificamos a existência de diversas informações desatualizadas, dificultando ao cidadão acompanhar a atuação e a eficácia daquela Casa. O Tribunal de Contas deveria dar o exemplo, divulgando esses dados oportunamente em sua página na internet. Verificamos que a qualidade das informações prestadas não corresponde àquilo que se espera de um tribunal de contas".

Ficamos nessa situação. O Tribunal de Contas, que deveria dar o exemplo, ser bem transparente e abrir as suas portas, não o faz. E agora, quando conseguimos apresentar uma emenda, que já foi deturpada pelo relator da LDO ao inserir uma subemenda, ela ainda é vetada pelo Governador. Ficamos muito preocupados com isso. Pautamos pela seriedade o nosso trabalho, pois não estamos aqui para brincar. Temos lido as notícias divulgadas pelos jornais do Estado de São Paulo, porque, lamentavelmente, os de Minas Gerais não divulgam nada contra o governo estadual, ou seja, as verdades desse governo, pois fica maquiando as contas, para que sejam aprovadas pelo Tribunal de Contas. Todos nós que pudemos ter acesso à "Folha de S. Paulo" acompanhamos a matéria veiculada no Dia dos Pais, em agosto, dizendo que o Governador de Minas faz maquiagem nas contas da saúde.

Se não é preciso que, a cada dois meses, conforme a nossa emenda, sejam divulgadas as contas pela internet para que as pessoas possam acompanhar o processo, e se o Governador vetou isso, então, no final do ano, deverá fazer toda a maquiagem. Se acompanharmos mensalmente ou a cada dois meses as contas, perceberemos a maquiagem. O cidadão descobrirá isso, assim como nós, Deputados. Não temos acesso a tudo, pois muitos processos ficam parados nessa mesa, sem que tomemos conhecimento. A nossa preocupação é esta: faz-se a

maquiagem, e, depois, os técnicos do Tribunal de Contas, dignos e honestos, debruçam-se sobre as contas e demonstram que há muitas ressalvas. Apesar disso, os Conselheiros - políticos, pois são ex-Deputados e ex-Prefeitos, como a que agora foi indicada pelo Governador - aprovam as contas. Como têm maioria aqui na Assembléia, as contas também são aqui aprovadas. E o povo mineiro fica sem saber de nada, pensando que está tudo bem. Como consta no relatório feito por esta Assembléia, "O Tribunal, ao aprovar as contas do Município, ou do Estado, ou da entidade, acaba por passar atestado de idoneidade a um grande número de corruptos e exime publicamente de culpa quem desvia dinheiro público". Os Conselheiros apresentam um parecer aprovando as contas sem ressalvas, apesar de, tecnicamente, estar provado pelos consultores e técnicos do Tribunal de Contas que há muitas ressalvas.

O governo estadual deve aplicar 12% na saúde, mas tem aplicado apenas 6,5%. O resto é dinheiro da Copasa, que pagamos, e muito. Muitas localidades, aliás, embora pagando a devida taxa, têm seu esgoto jogado diretamente nos rios. A Copasa continua sendo uma das grandes poluidoras dos rios de Minas Gerais, e, vejam, colocaram esse gasto como sendo de saúde. Os gastos com o Corpo de Bombeiros e com a reforma do hotel em Araxá foram também colocados como sendo de saúde. O hotel era do Ipsemg e agora está praticamente privatizado. Ora, o governo está maquiando suas contas.

Estou sendo repetitivo, mas a população precisa saber dessas coisas. Os técnicos fizeram um estudo de 2 mil páginas sobre as contas de 2004, que, não sabemos por que, não foi colocado em votação ainda nesta Casa.

Os técnicos apontam os erros, mas os Conselheiros fazem um parecer aprovando as contas, sem ressalvas, dando com isso um atestado de idoneidade a um Governador que maquia as contas e que, com outros, ainda diz: "Mas está tudo aprovado pelo Tribunal de Contas". Sim, está, e, muitas vezes, com a conivência desta Assembléia, cujas contas também podem estar sendo maquiadas. Como está, por exemplo, a prestação de contas desta Casa com publicidade, sendo que Marcos Valério tinha até escritório aqui? Quanto esta Assembléia e o governo do Estado pagaram ao Sr. Marcos Valério? É uma das coisas que também está maquiada. A população precisa saber de tudo.

Estamos, por isso, encaminhando pela derrubada do veto. Que as contas do Estado estejam disponíveis na internet de dois em dois meses, para que o cidadão e a cidadã que pagam impostos e contribuem para a manutenção desta Casa, da casa do governo e do Tribunal de Contas, acompanhem todo o processo. É o mínimo que estamos colocando como emenda. Queremos transparência, ou o governo estadual não quer ser transparente? Parece que não, porque está maquiando as contas e contando com os Conselheiros - e agora com uma Conselheira que ele está indicando - para fazer todo o seu jogo, todo o seu esquema de manutenção do poder.

Em nome do povo mineiro, deixamos claro nosso questionamento e nosso encaminhamento para derrubar o veto e garantir que, de dois em dois meses, a população acompanhe as contas do governo e possa acionar seu representante na Assembléia para fiscalizar e fazer as devidas auditorias. Precisamos de auditoria no Tribunal de Contas, na Comig, na Codemig, na Copasa e na Cemig. Está-se, por exemplo, falando em privatização da Copasa. Vamos ter cuidado com isso, porque se trata de um bem do povo mineiro.

Nosso encaminhamento é pelo voto "não", derrubando, assim, o veto e garantindo transparência ao governo mineiro.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 25 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, neste encaminhamento quero antecipar o meu apelo para derrubar o veto, que trata dos incisos III, IV, V e VI e garante a transparência.

Qualquer mandato, seja no Legislativo ou no Executivo, deve garantir o máximo de transparência das nossas ações.

A emenda ou as subemendas são justamente para garantir essa transparência da execução do Orçamento do governo do Estado, que está disponível na internet, para que todo cidadão possa acompanhá-lo.

Não podemos compreender a razão desse veto. São muitas as obras que acontecem sem clareza ou previsão orçamentária. Além do mais, ainda existem outras matérias, votadas e acolhidas pela Casa, que não são levadas em conta, na saúde, na educação e, sobretudo, no plano de obras.

Existem emendas de Deputados, fruto do entendimento entre esta Casa e o governo, que ainda nem foram pagas. Trata-se de emendas de 2004. Isso parece piada.

Há emendas para a realização de obras por meio da Secretaria de Educação, as quais são destinadas a escolas públicas, escolas estaduais. De repente, vemos aquela escola toda em reforma, por um valor três vezes maior que o da referida emenda e por iniciativa de outro Deputado e de outra Secretaria, sobretudo a de Obras.

É uma brincadeira a execução do Orçamento por meio de uma política de favorecimento com recursos que chegam aos Municípios. Isso sempre acontece com destino marcado, ou seja, por meio de certos Deputados. Digo isso porque V. Exa. conhece muito bem o Secretário Danilo de Castro, que, com engenho e arte, faz essa distribuição para fortalecer os Deputados da base governista. Volto a repetir: isso é uma brincadeira com o Orçamento. Daí a importância de se tornar disponível, pela internet, a execução do Orçamento.

O objetivo desses incisos é dar transparência às ações do governo. Por que não dar essa transparência, se está fazendo certo? As coisas feitas às escondidas, conforme disse o nobre colega Deputado Laudelino Augusto, permitem entender que existe algo errado nelas. E sabemos que estão erradas. Está errado os recursos que alegam ser para a saúde serem empregados no abastecimento, pela Copasa, que é uma empresa.

Vemos a incoerência do governo ao encarar a Copasa como uma empresa qualquer, ou seja, como se o governo não tivesse nada a ver com ela. Mas, ao injetar recursos próprios do percentual da saúde, aí, sim, isso é compreendido como uma ação direta do governo.

São essas as incoerências que vemos quanto à disponibilização de todos os dados na internet, e queremos que todo o povo mineiro possa também acompanhá-los, sobretudo na crise que vivemos. Há crise também na comunicação; é necessário que jornais sérios possam, com a Assembléia Legislativa, acompanhar de perto as ações do Executivo.

Por isso, meu encaminhamento é para derrubar o veto. Se queremos, de fato, transparência nas ações públicas, é coerente que cada Deputado, cada Deputada derrube o veto. Ao derrubar o veto, na verdade, estaremos ajudando o próprio governo a ser transparente. Se não há nada de errado, por que não ser transparente nas ações?

Ainda terei um tempo maior, depois, para abordar as questões do orçamento, a execução de cada secretaria. Teremos ainda tempo este ano para fazer essa discussão, sobretudo quanto aos dos recursos que chegam ao Município - dinheiro público, mas que é usado pela máquina para fortalecer tal Deputado, porque é filho de fulano ou de sicrano, e o dinheiro chega ali em nome de pessoas que sequer são parlamentares, mas filhos de Deputado. O dinheiro chega ao Município, enganando o povo. Muitos Prefeitos se fazem de idiotas, porque entram no jogo e são capazes de dizer que aquele recurso é de tal Deputado. Vamos colocar isso às claras, dizendo o nome de cada um. Pelo menos faremos nossa parte.

Este momento é simplesmente para encaminhar a votação, não é o momento adequado para travar essa discussão. Somos contrários à manutenção do veto, portanto, favoráveis à derrubada do veto, o que garantirá transparência. Queremos discutir melhor o orçamento, inclusive os entendimentos de emendas aqui aprovadas, acolhidas pelo governo, que pede às Prefeituras, às entidades que façam projetos. Há custos na elaboração de projetos, é necessário arrumar documentos, mas essas Prefeituras são enganadas: não são pagas, enquanto para outros que sequer têm previsão no Orçamento o dinheiro chega misteriosamente, às vezes sem projeto. Temos provas de lugares em que o dinheiro chegou sem projeto devido à pressa - tinha de chegar antes do período eleitoral. Deram um jeitinho, conseguindo obras em nome de determinados Deputados ou filhos de Deputados.

Sr. Presidente, sou contrário a esse veto. Faço apelo a cada Deputado e Deputada para derrubar o veto, se queremos de fato dar transparência às ações de governo, se queremos garantir que todo mineiro tenha acesso às informações no que tange ao Orçamento do Estado de Minas Gerais.

Questão de Ordem

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, solicito suspensão da reunião por 5 minutos, para entendimentos entre as Lideranças.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias contantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos a oportunidade, neste veto, de colocar a posição da Casa, de colocar a posição do povo de Minas Gerais, que representamos. Por quê? Porque estamos aqui para decidir a respeito do oferecimento de dados da aplicação orçamentária do Estado de Minas Gerais na internet, para que os cidadãos de Minas Gerais acompanhem o Orçamento e a sua aplicação. Nada mais que isso. Vários outros institutos, veículos de comunicação, enfim, todos utilizam a internet a fim de que as pessoas tomem conhecimento e tenham acesso a dados importantes e fundamentais para a vida de cada um de nós.

O veto do Governador incide sobre quatro incisos do art. 17 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. No inciso III, o que se quer é que os dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento sobre a programação e execução das metas físicas do Orçamento sejam oferecidos ao público. Será assim que se perceberão os resultados em produtos e serviços dos recursos orçamentários. O inciso IV dispõe sobre a execução orçamentária mensal e acumulada no ano; o inciso V, sobre a execução da receita; e o inciso VI, sobre os relatórios das tomadas de contas do Tribunal de Contas do Estado. Então, desejamos garantir a transparência, a democracia e a informação para que o povo de Minas Gerais, os cidadãos de Minas Gerais saibam da execução do projeto orçamentário, tenham clareza com relação ao que foi programado e ao que está sendo executado, mês a mês, pelo Estado. É isso o que defendemos e que a Casa aprovou no primeiro semestre. Penso que, se a Casa aprovou isso, ela entendeu que essa transparência é necessária. Portanto, a decisão desta Casa, que foi sábia e apontou para a questão da democracia e da informação fundamental para o povo de Minas Gerais, deve ser mantida. Todos nós que votamos a favor desses quatro incisos que determinam e definem a transparência dos dados do Executivo, quando aprovamos a LDO, devemos mantê-los neste momento.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar em nome da Bancada do PT e do Bloco PT-PCdoB. O Bloco PT-PCdoB coloca-se favorável à manutenção desses incisos porque é necessário, para que a democracia aconteça no Estado, haver transparência dos dados orçamentários. Isso é fundamental para nós. Então, é isso o que defendemos. Reafirmamos que o Bloco PT-PCdoB votará para derrubar o veto do Governador e clamamos aos outros Deputados, da base governista, para que votem pela derrubada desse veto, porque ganharão o povo de Minas Gerais, a democracia e o Estado de Minas Gerais, pois a transparência de dados é fundamental para que os cidadãos participem minimamente da aplicação orçamentária do governo do Estado. Não se faz democracia, não se constroem novos tempos sem a transparência dos dados. Não se constrói um novo Estado sem a transparência e o acompanhamento do povo de Minas Gerais a respeito do que se aplica durante a execução orçamentária de um projeto votado por todos nós. Sabemos que, no momento da execução, na verdade, o projeto não é aplicado. Então, essa obra chamada Orçamento tem sido de ficção. No momento de executá-la, não acontece como planejado pela Secretaria de Planejamento e pela Secretaria de Fazenda. No momento em que aprovarmos isso aqui, os cidadãos mineiros acompanharão e discutirão o Orçamento. O problema da aplicação orçamentária é um dos maiores.

O problema ocorre na distribuição do bolo, resultado dos impostos, das tarifas e das taxas. O problema é a distribuição desse bolo para a saúde, para a educação e para as obras. O que nos interessa, no momento, é a distribuição desses recursos para as políticas públicas, na ponta. Precisamos entender como estão sendo aplicados os recursos na educação, na saúde e na agricultura.

Ao se tornarem disponíveis esses dados na internet, o povo mineiro terá oportunidade de pressionar o governo ou as secretarias que não estejam cumprindo o Orçamento de acordo com o que foi aprovado, fazendo com que seja cumprido. É preciso que aqueles cidadãos lá na ponta, no momento de uma consulta médica ou de um exame clínico que não conseguem fazer, tenham condições de saber se realmente o governo do Estado está aplicando adequadamente o Orçamento na saúde. Caso não esteja aplicando o Orçamento - e, muitas vezes, não o faz de forma adequada, mensalmente -, poderão pressioná-lo para obter um serviço de qualidade a partir da aplicação do Orçamento.

Esta é a oportunidade de um novo momento não só para esta Casa e para o Estado de Minas Gerais, mas também para o Executivo, porque esse acompanhamento permitirá que todos os cidadãos tenham em mãos um instrumento de fiscalização, o que é fundamental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, conforme a cultura brasileira e a nossa história, quanto ao exercício da fiscalização, não tem havido um bom acompanhamento da aplicação dos recursos. Infelizmente, há uma cultura de não-fiscalização pelos cidadãos, em virtude de nunca terem tido acesso aos dados e às informações. Por isso, este é um momento fundamental, em que podemos mudar, dando o primeiro passo, desde que se

tornem disponíveis na internet os dados e as informações sobre a aplicação orçamentária.

Por isso, o Bloco PT-PCdoB está aqui não somente para dizer que votará para derrubar esse veto, mas também para chamar a atenção dos nobres colegas para que também votem contra esse veto, a fim de que possamos derrubá-lo e dar oportunidade aos cidadãos mineiros de terem as informações, acompanharem a execução orçamentária e fiscalizarem a aplicação dos recursos públicos.

O Orçamento é discutido nesta Casa; todavia, no momento de ser implementado pelo Executivo, muitas vezes não é aplicado adequadamente no montante do duodécimo. Às vezes, tiram-se recursos de uma determinada rubrica, colocando-os em outras, diferentemente do que foi discutido e aprovado nesta Casa, que é do povo e representa os interesses da população de Minas Gerais.

Votaremos para derrubar esse veto, a fim de que o povo de Minas tenha a oportunidade, democraticamente, de fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros que são aprovados nesta Casa, no momento da aprovação do Orçamento do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, apenas quero registrar nosso posicionamento, até porque fazemos parte da Comissão de Fiscalização Financeira. De fato, o papel do Legislativo foi muito bem cumprido ao ser votada a LDO. Antes do recesso, fizemos uma aprovação por maioria. Assim, esses artigos foram aprovados pelo Legislativo de Minas Gerais. Enquanto Deputadas e Deputados Estaduais de Minas, demos nossa contribuição para garantir a democratização e a transparência em relação ao acompanhamento e à execução das peças orçamentárias. Devemos continuar caminhando na direção do que toda esta Assembléia já aprovou, para garantir à população instrumentos de informação a fim de que o Orçamento seja mais participativo, seja pela internet ou por outros meios de participação popular.

Devemos aprovar agora, na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realização de uma reunião conjunta da Comissão de Participação Popular e da nossa Comissão de Fiscalização Financeira, para debater o Orçamento de 2007 e para discutir o PPAG, envolvendo a comunidade, a sociedade civil e os movimentos sociais. Queremos a participação de todos na elaboração, no acompanhamento e na execução do Orçamento de Minas Gerais.

Acompanhar a execução das políticas públicas através do Orçamento do Estado é um dos papéis mais importantes do Legislativo. No dia 7, a pedido da Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo Deputado Federal Gilmar Machado, haverá, na Assembléia, o debate sobre o Orçamento da União, que está sendo descentralizado. Esse é um feito extremamente importante. A Assembléia, a sociedade civil organizada, diversos movimentos e a população poderão conhecer mais de perto como é feita a peça orçamentária e também criar os instrumentos de acompanhamento e de fiscalização. Então, defendo que esta Casa permaneça com a mesma posição de quando aprovou a LDO, em julho, que continuemos com a perspectiva de termos um Orçamento mais democrático e participativo, que a sociedade se envolva mais no acompanhamento e na fiscalização. E que tenhamos políticas públicas que, de fato, reflitam o interesse e a necessidade do povo de Minas Gerais. Defendo a derrubada do veto, pois esta Casa já votou pela transparência em relação à LDO. Queremos o mesmo para o Orçamento de 2007. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as Deputadas e os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Elbe Brandão - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 33 Deputados. Votaram "não" 15 Deputados, perfazendo o total de 48 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 17.225. Oficie-se ao Governador do Estado.

Declarações de Voto

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, ouvimos e acompanhamos essa votação e entendemos, até pelas urnas, que a população de Minas Gerais, majoritariamente, aprovou o governo Aécio Neves.

O governo aprovou devido a todos os instrumentos, incluindo-se os que lhe proporcionam transparência. Todas as auditorias setoriais que acompanharam esse governo nesses quatro anos praticamente dão oportunidade para que o próprio governo acompanhe todas as execuções de convênios e de programas, proporcionando-lhe uma grande transparência, e concedem também aos outros órgãos fiscalizadores a segurança do trabalho e a transparência do governo.

Além disso, esclarecemos à população de Minas Gerais e a todos que nos vêem pela TV Assembléia que todos os convênios e a execução orçamentária do governo estão disponíveis no Sifafi. Todos nós, Deputados, temos acesso a essa execução e a todos os convênios, fruto das emendas Parlamentares apresentadas ao Orçamento. É um direito do parlamento influenciar no Orçamento com emendas.

Esse governo inaugurou essa possibilidade, na Assembléia Legislativa, de se discutir o Plano Plurianual de Ação Governamental. Os Secretários e eu, como Secretário de Estado, tivemos a oportunidade de comparecer a esta Casa para discutir a revisão, acatando uma sugestão desta Assembléia, que foi o Projeto Estruturador nº 31, de inclusão social de famílias vulnerabilizadas. Na Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, isso foi implantado a partir de uma discussão nesta Casa.

Fica parecendo, pelo que ouvimos, que a esse governo não interessa transparência. A população de Minas Gerais mostrou que esse governo é transparente. Todas as emendas apresentadas pelos Deputados desta Casa e os convênios assinados tiveram publicidade no diário oficial.

Neste momento, mostrarei o que não é transparente. Não o é, por exemplo, a Prefeitura de Belo Horizonte. Ontem, tivemos a oportunidade de mostrar como ela funciona. Há tarjas em cima do valor do carnê de estacionamento rotativo, que deveria ser de R\$20,00, as quais podem ser retiradas para o carnê ser vendido por R\$24,00. Isso não é transparência.

Não é também transparente essa pseudoprestação de contas da última folha do talão da Prefeitura de Belo Horizonte, que diz: "Veja como está sendo investido o seu dinheiro". Trata-se de um demonstrativo de receitas e aplicações de multas de trânsito e estacionamento rotativo, onde

consta o valor arrecadado com esse estacionamento. A população de Belo Horizonte, ao estacionar o seu veículo, paga trimestralmente quase R\$3.000.000,00, mas, se o carro for roubado ou avariado, ela não recebe nem um centavo, pois não existe um seguro, absolutamente nada. A Prefeitura arrecada esse valor todo e não presta nenhum serviço à população.

Não sabemos quanto foi arrecadado com multas. A aplicação desse recurso no sistema viário foi zero. Com o pagamento para a manutenção e operação do sistema, gastaram-se quase R\$13.000.000,00 do Fundo de Transporte Urbano. Gostaríamos de saber quanto a Prefeitura está pagando para as empresas de transporte coletivo. Quanto estão recebendo? Aqui isso não está claro. Falta transparência. A aplicação das emendas dos Deputados foi publicada. Esse governo publica todos os programas e ações no Siafi.

E sobre isso o Deputado Miguel Martini falará depois, porque ele é o autor da lei que criou o Siafi Cidadão, que dá oportunidade aos cidadãos mineiros de acessar a execução orçamentária do Estado.

O governo atual é transparente, e foi aprovado pela população de Minas Gerais. O mesmo não posso dizer do governo do PT na Prefeitura de Belo Horizonte. O IPTU, por exemplo, sofrerá aumento agora. Pagaremos a conta da privatização da Prefeitura de Belo Horizonte, que hoje pertence a um partido político e tem 63 secretarias para abrigar seus companheiros. Esse é o partido que mais privatiza no País, tanto na Prefeitura quanto no governo federal. No governo passado, havia 23 Ministérios, e, agora, há 34. Obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, observando o veto do Governador e ouvindo os diversos encaminhamentos de votação, fiquei me perguntando se entendia direito o que estava acontecendo.

Na história de Minas Gerais, não conheço nenhum outro governo que tenha sido tão democrático e tão transparente quanto o do Governador Aécio Neves, que, reeleito por quase 80% da população já no primeiro turno, ainda está no seu primeiro mandato.

O governo Aécio Neves nunca se negou a dar nenhum tipo de informação à população. Especificamente em relação à execução da lei orçamentária, há uma lei de minha autoria, de 8 ou 10 anos, que regulamenta o direito do cidadão mineiro ao acesso a informações - e atente - traduzidas em linguagem compreensível. Se estivessem em economês, ninguém entenderia nada.

Nem o governo federal nem governo municipal fazem isso. Somente o governo Aécio Neves aceitou que se fizesse aqui a revisão do PPAG, incluindo avaliação e proposição de correções. O governo tem aceitado isso. E estamos próximos de mais uma revisão do PPAG, com apenas uma mudança. Daqui para a frente, a tarefa será cumprida pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, porque a ela cabe cuidar da questão orçamentária. Anteriormente, o governo havia permitido que a Comissão de Participação Popular - de que, aliás, faço parte - presidisse tal revisão, propusesse correções de rumo e criasse novos projetos estruturadores. Isso mostra o quão democrático é esse governo.

Ao invés de dizer que falta transparência ao governo de Minas, melhor seria olhar para o governo federal. Não sei se nossos Deputados já tiveram a oportunidade de ligar para algum órgão federal em Brasília. Ao nos identificarmos como Deputado de Minas Gerais, a primeira pergunta que nos fazem é: "V. Exa. é de que partido?".

Dependendo do partido, a ligação telefônica continua ou pára por aí, mesmo que seja para uma justa reivindicação em favor do povo mineiro.

É estranho falar de transparência na execução orçamentária, quando vemos Senadores e Deputados Federais dizerem: "Aos Deputados da base de apoio, tudo; aos Deputados de oposição, nada", como se o dinheiro fosse para o Deputado ou para o Senador, e não para a região que representam. É lamentável que as verdades sejam ditas pela metade.

O Governador Aécio Neves - os números estão aí para confirmar isso - tratou este Poder Legislativo com uma democracia nunca vista. Ele deu transparência a todos os seus atos e colocou auditores em todas as secretarias e em todos os órgãos - o Deputado João Leite foi Secretário e sabe disso -, razão pela qual não houve, em quatro anos, nenhuma denúncia de corrupção. Fato bastante diferente acontece no governo federal: nem o Presidente sabe de nada - pelo menos é o que ele diz. Se não sabe, é porque não controla. Se não controla, imaginem o que acontece. Então, para se falar de transparência, deve-se primeiro olhar para dentro da própria casa para ver se está tudo bem, para depois olhar para a do vizinho.

O Governador Aécio Neves continua o seu trabalho. Tenho certeza de que, no novo governo - o povo mineiro, de maneira extraordinária, outorgou-lhe mais um mandato -, continuará realizando as grandes transformações - aliás, avançará, cada vez mais, na questão da transparência, da eficiência, do controle do gasto público.

O que a Oposição sempre vai querer é o controle do governo. Aí, cabe aos governantes a responsabilidade de dizer que quem tem o dever e o direito de governar é aquele que o povo escolheu. Ao Poder Legislativo, cabe a fiscalização, cabe cobrar ou requerer que o Tribunal de Contas, órgão que lhe assessorar, preste serviço com eficiência e eficácia - ou seja, que se utilize dos instrumentos.

Ora, acredito que, ao acusarem este governo, que foi tão democrático, transparente, eficiente e competente, especificamente nessa questão da execução orçamentária - nunca vimos isso aqui em Minas Gerais -, e dizerem que lhe falta transparência, querem outra coisa. Talvez queiram confundir.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Peço a V. Exa. que encerre, de plano, esta reunião, por falta de quórum.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a existência de número regimental para a continuação dos trabalhos.

Declarações de Voto

O Sr. Presidente - Com a palavra, para declaração de voto, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente em exercício, Deputado Rêmoló Aloise, Deputados e Deputadas desta Casa, antes de falar sobre o tema específico que me traz aqui, quero cumprimentar todos os médicos desta Casa pelo dia de hoje, desejando que exerçam seu mandato pensando nos direitos dos profissionais de saúde e também nos direitos dos usuários.

Agradecemos os votos daqueles que confiaram em nós. Mesmo não tendo sido eleita, a luta continua. Agradecemos os votos de Alpinópolis, como diz o Deputado Rêmoló Aloise.

Deputado Miguel Martini, que participa da nossa Comissão e por quem tenho muito respeito, gostaria de fazer uma reflexão. De acordo com o Regimento Interno, compete à nossa Comissão fazer a discussão sobre o PPAG e sobre a lei orçamentária. Então, acatar uma solicitação da Comissão não foi simplesmente uma decisão do Governador. É um direito da nossa Comissão discutir e mobilizar a população e os movimentos sociais para discutir o PPAG e a lei orçamentária. Desde o início do funcionamento da Comissão, em 2003, esse papel tem sido cumprido, primeiro sob a Presidência do Deputado André Quintão e, depois, sob a nossa Presidência, da qual participam os Deputados André Quintão, Miguel Martini e João Leite, que, como suplente, participa efetivamente na Comissão. O Governador tem debatido, com a efetiva participação desta Casa, sobre a reelaboração, a rediscussão e a avaliação do PPAG e da lei orçamentária. Isso é mais um motivo para que ele não pudesse vetar esses itens do projeto da lei orçamentária para 2007. Ao contrário, ele não deveria ter vetado exatamente porque tem participado, com esta Casa, das discussões orçamentárias.

Tenho mais uma questão para refletirmos, Deputado Miguel Martini. V. Exa. disse que, no governo federal, tudo é para os governistas e nada é para a Oposição. Não sou de fazer essa discussão pública, mas a "verdade os libertará". Nós, da Oposição, não tivemos nossas emendas orçamentárias liberadas até agora, neste ano e nem no ano anterior. Então, se existe uma discriminação, não é do governo federal, que tem liberado para os Deputados da Situação e para os Deputados da Oposição. Se existe discriminação, está acontecendo no governo de Minas Gerais.

Que esta Casa continue abrindo as portas para a participação popular. Que possamos fortalecer a democracia representativa e ampliar o caminho para a democracia direta, que é o que as comissões temáticas têm feito. O trabalho conjunto da Comissão de Participação Popular com a Comissão de Fiscalização Financeira é muito importante. Queremos somar esforços. Desde o ano passado, temos procurado envolver a Comissão de Fiscalização Financeira com a Comissão de Participação Popular. Temos a obrigação de fazer uma ação suprapartidária para que isso aconteça e para que não haja competição entre as Comissões. O povo mineiro é quem perderá, se houver uma competição entre nós. Por isso, neste ano, já discutimos sobre isso na Comissão de Participação Popular.

Queremos aprovar hoje uma conversa que tivemos com o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira consideramos que o acordo certamente estará dirigindo as discussões neste ano. Queremos que a Assembléia de Minas Gerais seja fortalecida cada vez mais. Que tenhamos esse espírito público, pensando no coletivo, e, de forma alguma, em uma competição que prejudique o povo mineiro. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Laudelino Augusto.

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estamos perfeitamente dentro do Regimento Interno, e há número suficiente de Deputados para a discussão. É isso o que quero fazer, até para garantir o contraditório. Dois Deputados da base governista falaram, e, agora, que também falem dois Deputados que tenham questionamentos. A Deputada Maria Tereza Lara falou sobre outro assunto, não foi um contraditório ao que estava sendo dito.

Consideramos razoável vir aqui agora, apesar de outros Deputados também desejarem fazer uso da palavra, a fim de terem vantagem de falar acima. Os Deputados que nos antecederam poderiam ter falado no momento de encaminhar o veto - isso é legítimo, todo Deputado pode pronunciar-se nesse momento -, mas deixaram para falar depois. Aí, falam os dois e pedem o encerramento da reunião. Isso fica chato. Já disse e repito: atacam para se defenderem. Se existem problemas nos governos federal e municipal, que entrem com representações, como fizemos no que diz respeito ao governo estadual. Aliás, temos outras em estudo, porque fiscalizar é nossa obrigação. Temos o direito de questionar a transparência do governo estadual. Se deseja tanto ser um governo transparente, por que vetou a nossa emenda, que tinha o objetivo de garantir a obrigatoriedade das contas na internet?

Foi dito que não houve denúncias de corrupção nem a realização de CPIs. Darei um exemplo: pedi para ser criada a CPI da Comig, mas nem mesmo se deixou que fosse lida na Assembléia. Na época, o Deputado Antônio Carlos Andrada, que era o Líder do Governo, chegou a dizer-me que o Governador deu ordens expressas para que a CPI da Comig não fosse aberta.

Ainda não obtivemos resposta sobre a renúncia fiscal. Além disso, ocupamos a tribuna diversas vezes para abordar assuntos relacionados com o Tribunal de Contas, como a escolha de seus Conselheiros e a questão do Ministério Público. Quem está assinando como Ministério Público no Tribunal de Contas? Quem nomeou as pessoas que lá estão assinando em nome desse órgão? Como teremos a garantia de que as contas são de fato transparentes?

Alegar que setenta e tantos por cento de votos para o Governador significam que ele é totalmente idôneo não é verdade. Essa é a imagem que desejam passar. Disse e repito: a imprensa mineira é blindada, não deixa passar, não questiona os fatos. Somente na "Folha de S. Paulo" questionamentos são publicados, como a maquiagem das contas.

Estou dizendo isso para não alegarem que fazemos questionamentos de forma irresponsável. Temos seriedade, pesquisamos, estudamos. Como representamos o povo mineiro, temos de fiscalizar. Essa é uma de nossas funções. Já que não conseguimos criar a CPI da Comig, solicitamos uma auditoria plena nessa instituição. Vamos ver se será realizada.

Era o que gostaria de dizer em nome do contraditório. Agradeço a tolerância. Espero que os demais Deputados compreendam, porque, como dois puderam manifestar sua posição, acreditamos que também poderíamos defender as nossas idéias. O parlamento é isto: o local de falar, trazer idéias, propostas, emendas, discutir projetos e questionar. Sempre digo e repetirei para concluir, Sr. Presidente, a quem parabeno pelo Dia do Médico - já cumprimentamos os demais médicos desta Casa, e hoje também é o dia de São Lucas -, que a nossa obrigação de fiscalizar é constitucional. Temos de buscar, cada dia mais, a transparência nos setores públicos. Se somos levados, por várias circunstâncias, a colocar uma interrogação, temos o dever de fazer isso. Não podemos ficar calados. Ai de mim, se calar-me diante de situações que não estão esclarecidas.

Foi com esse objetivo que ocupamos a tribuna no momento de encaminhar o veto. Não preciso declarar meu voto, porque já o fiz antes, apesar de ser secreto, porque encaminhei pela sua derrubada. Estou fazendo agora a declaração de voto. O fato de o Governador haver obtido muitos votos não lhe dá atestado de idoneidade. O mesmo ocorre com a aprovação de contas pelo Tribunal de Contas, ou seja, não é um atestado de idoneidade. Temos exemplos ocorridos em todo o País: o Tribunal havia aprovado determinadas contas, mas a população investigou, foi à luta e provou o contrário. Em razão disso, hoje o Prefeito de Ribeirão Bonito está preso e devolvendo o dinheiro que havia retirado dos cofres públicos. Agradeço e digo isso em nome da democracia. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, primeiro quero registrar meu respeito ao Deputado Laudelino Augusto, dizendo, porém, que o nobre Deputado comete uma série de equívocos, a começar pelo raciocínio de que declaração de voto tem de ser dois de um lado e dois de outro ou alguma coisa assim, como se isso fosse equilíbrio de forças. No meu entendimento, essa análise é extremamente equivocada, até porque a liberdade democrática de que todos desfrutamos permite-nos manifestar antes da votação. E o Deputado Laudelino o fez, manifestou-se antes e depois da votação. Os Deputados da Oposição preferiram usar todo o tempo de que dispunham antes da votação. Eles o fizeram, e nós os respeitamos, democraticamente.

Entendemos que deveríamos justificar para o povo mineiro a nossa posição após a votação. Isso é democrático, é absolutamente natural. A meu ver, o que mostra um equívoco maior ainda da parte do nobre Deputado Laudelino é querer insistir na tese de que, mesmo tendo quase 80% dos votos dos mineiros, isso não representa uma aprovação do nosso Governador Aécio Neves. Aí é recusar-se a aceitar o princípio mais fundamental da democracia, que é a opinião, a vontade livre e soberana do povo, que veio e disse: "É esse o Governador que queremos; ele está fazendo uma boa administração, um trabalho sério, dignificando o nome de Minas Gerais de maneira transparente e correta".

Posso dar esse testemunho também no que diz respeito à questão orçamentária, pois presido a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária nesta Casa, que não apenas aprova o Orçamento, mas também o fiscaliza. A Comissão recebe diariamente relatórios, informações, prestações de contas do governo e também cópias dos convênios celebrados neste governo Aécio Neves com os diversos Municípios de Minas Gerais, os quais foram pagos, algo que não acontecia no passado.

Da mesma maneira, a Casa teve plena liberdade para debater democraticamente os diversos assuntos que quis. O Deputado vem dizer que propôs uma CPI e que o Governador não deixou. Ora, isso é sofisma, é absurdo. A proposição de CPI requer, primeiro, número suficiente de assinaturas e, havendo isso, habilidade política do grupo que a propôs para que ela se instale. Eu mesmo participei de CPIs durante este mandato, investigando diversos assuntos. Tivemos a CPI do café, a da mineração e outras. Se não houve a CPI ligada à Codemig e à Comig, Deputado Laudelino, é bom V. Exa. lembrar-se de que ela referia-se a episódios do governo Itamar Franco, do qual o PT participava e em que tinha, nesta Casa, um dos Vice-Líderes do governo. Portanto, tratava-se de um pedido de CPI que nem fazia menção ao governo Aécio Neves, mas a episódios e situações ocorridas num governo do qual o próprio PT participou e em que tinha, nesta Casa, um Deputado do Partido na Liderança.

É bom que quem esteja nos assistindo receba também esse tipo de informação, senão ficará pensando: de fato, esse governo Aécio Neves não é transparente; queriam uma CPI sobre ele, e ele não concordou. Não foi isso que aconteceu!

Não abri mão, portanto, de fazer minha declaração de voto, para que a verdade prevaleça. Aliás, esse é o grande desafio que temos no Brasil, neste momento, Sr. Presidente: fazer com que a verdade prevaleça. Ainda ontem, ouvimos a declaração de que pretendemos acabar com o "mentirodoto" ou com a "mentirobrás", a indústria da mentira no Brasil. Isso precisa acabar de fato. É um tal de tentar levar o povo brasileiro ao equívoco, por meio de dossiês falsos e de uma verdadeira guerrilha. O pior é que as pessoas, em grande parte, ainda estão suscetíveis a esse tipo de coisa. Não vou abrir mão dessa prerrogativa no exercício do mandato democrático que o povo me delegou, pelo que ainda terei oportunidade de agradecer, o mais breve possível, da tribuna da Casa; agora estou apenas declarando meu voto. Quando o momento oportuno chegar, agradecerei ao povo mineiro a votação de quase 100.000 votos que me conferiu, para continuar representando, de uma maneira absolutamente equânime e igualitária, aqueles que votaram em mim e os que nem me conhecem ou que não votaram.

Trabalharei por todos, com a verdade, sem nenhuma distinção partidária, e não admitirei que venham com sofismas e mentiras, a pretexto de uma paixão partidária, nem que digam que o Governador Aécio Neves falta com a transparência, não permite CPI nem liberdade de imprensa. Isso não é verdade. Vivemos um momento bom em Minas Gerais, e é bom que fique claro que o povo mineiro disse isso nas urnas. No entanto, isso não nos impede e não nos tira o direito de continuar fiscalizando, cobrando e fazendo críticas construtivas a ele. Isso é absolutamente natural. Não podemos deixar que as coisas cheguem ao ponto de negarmos a votação de quase 80% que o Governador teve. Muito obrigado.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, ainda há pouco a segurança da Casa informou-me que o Sr. Márcio Antônio estava solicitando a minha presença ali, na entrada do Plenário. Fui até lá, e esse senhor, que trazia uma reportagem do jornal "Estado de Minas" sobre o aumento do Faixazul - ontem, o Deputado fez referência ao aumento do talão de estacionamento Faixazul, que passou de R\$2,00 para R\$2,40 -, pediu-me que perguntasse aos membros do Partido dos Trabalhadores, que têm a direção da Prefeitura de Belo Horizonte, principalmente ao Deputado Laudelino Augusto, onde estão os R\$13.178.000,00 arrecadados com as multas aplicadas pela BHTRANS. Ele quer saber o que o povo belo-horizontino está pagando à administração do Partido dos Trabalhadores, à BHTRANS, empresa que respeito muito e que tem um excelente Diretor-Presidente, o Ricardo Mendanha, que faz um bom trabalho ali.

Sr. Presidente, estou aqui cumprindo o meu papel de solicitar. O Sr. Márcio indagou-me o seguinte: "Será que posso ir lá pedir ao Deputado Laudelino Augusto transparência quanto a esses R\$13.178.000,00?". Quero deixar bem claro que ele não é meu eleitor - já foi eleitor do Partido dos Trabalhadores, mas não é mais. Disse-lhe que não poderia vir aqui, mas que o faria por ele, já que o Deputado em quem votou, o Deputado Laudelino Augusto, não se encontra presente. Tenho certeza absoluta, Sr. Márcio, que o Deputado Laudelino Augusto responderá a respeito de onde foram aplicados os R\$13.178.000,00.

Peço ao Deputado Padre João que responda não a mim, mas ao povo belo-horizontino. Tenho certeza absoluta de que agora, quando se fala em transparência, não há como responder a isso; mas quem sabe na reunião de hoje à tarde ou de amanhã não possam fazê-lo? O Sr. Márcio pode esperar, pois o Partido dos Trabalhadores, os Deputados Laudelino Augusto e Padre João irão responder-lhe. Aliás, eles podem solicitar ao senhor que faça a pergunta por escrito, que a responderão por escrito.

São 13.178.000, já que foram vendidos só 2 milhões; portanto, 11 milhões de multas aplicadas em Belo Horizonte no primeiro trimestre de 2006.

Essa é a minha manifestação. Solicito ao Sr. Márcio que também faça a pergunta por escrito. Muito obrigado.

O Deputado Padre João - Também fiz encaminhamento pela derrubada do veto.

Como Deputado Estadual, prefiro ater-me às competências de um Deputado Estadual, que são legislar, acompanhar as ações do governo do Estado e procurar fiscalizá-las. Existem Deputados que ficam presos às Câmaras municipais e à Câmara dos Deputados.

Basta andarmos pelas ruas de Belo Horizonte para constatarmos que existem mais de R\$1.000.000.000,00 aplicados em obras, sobretudo na região do Anel Rodoviário, na Vilarinho. Esse é um retorno para toda a população.

Gostaria de reiterar o meu voto pela derrubada do veto, em prol da transparência, para que o governo pudesse disponibilizar pela internet toda a execução orçamentária.

Quando alguns Deputados dizem que o resultado das eleições em Minas Gerais foi um resultado democrático, eles estão precisando se recuperar de uma cegueira grave. O resultado não foi democrático, porque os recursos que chegaram aos Municípios foram com o objetivo de enquadrar os Prefeitos, ou seja, para que eles se sentissem enquadrados. Quer dizer: eles só teriam os recursos se apoiassem o Governador e alguns Deputados.

Na minha terra natal, Uruçânia, cidade com cerca de 7 mil eleitores, o Deputado Irani Barbosa injetou algo em torno de R\$1.000.000,00. Isso

apenas em Uruçânia, e por meio de um só Deputado. Por isso é importante saber se o Sr. Danilo de Castro tratou todos aqui de forma igual. Imaginem o que deve ter ocorrido em outros Municípios. Tenho a relação desses Municípios, com os respectivos números.

É crime, é ferir a democracia exigir isso dos Prefeitos. E vejam que o Prefeito do PT é uma pessoa íntegra. Mas aquele povo só seria beneficiado com obras se ele declarasse apoio ao Governador, e ele assim o fez. Por isso digo que o resultado que tivemos aqui não é democrático. Aqui em Minas Gerais, tudo para a base, tudo para quem declarar apoio ao Governador, e nada, absolutamente nada, para outras Prefeituras.

Acompanho várias Prefeituras, como por exemplo Congonhas, Ouro Branco e Lafaiete, e nada foi repassado a elas, nenhum recurso. Ao contrário, sempre faltaram recursos, embora tivessem o melhor projeto, com toda a documentação. Sempre vinha uma desculpa. Os técnicos das Secretarias ficavam revoltados, pois sabiam que a emenda já poderia ser paga e que isso não acontecia por ordem da Secretaria do Sr. Danilo.

Então, o resultado não foi democrático. Infelizmente, uma parte significativa da população está equivocada, avalia a atuação do Deputado por obras: se ele leva mata-burro, ponte. Não avalia a atuação parlamentar, a presença nesta Casa, se está empenhado no processo legislativo e em fiscalizar atos do Executivo. Lamentavelmente, a cultura do nosso povo fica a desejar. Muito deve ser feito por uma cultura que valorize o parlamento, que não pode ser valorizado em obras, de competência do Executivo.

Declaração de Voto

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, serei breve em minhas palavras, apenas para fazer justiça e colocar a verdade acima de tudo no Plenário desta Casa.

A população de Minas Gerais deu ao Governador Aécio Neves praticamente 80% dos votos válidos no Estado em sua reeleição. Se os Prefeitos de nosso Estado, em sua grande maioria, quase em sua totalidade, resolveram caminhar com o Governador Aécio Neves, é porque viram nele o melhor administrador, a melhor pessoa, capaz de continuar a administrar o Estado pelos próximos quatro anos. Dizer que o Governo pressionou Prefeito para votar com o Governador é conversa para boi dormir, daqueles que não sabem respeitar e aceitar o momento em que são derrotados. Ganhou o Estado, ganhou a população do Estado com a reeleição do Governador Aécio Neves. Desafio qualquer parlamentar desta Casa a trazer um fato concreto, não conversa demagoga, ou palavras jogadas aos ares; quero um fato concreto em que o Prefeito tenha sido pressionado a votar com o Governador do Estado para sua reeleição. Muito pelo contrário. Sou testemunha de que inúmeros Prefeitos, inclusive do PT, aderiram à campanha do Governador porque acreditam em seu projeto.

Mais do que isso, tenham a certeza de que se nosso Governador fosse candidato a Presidente, esses Prefeitos do PT caminhariam com ele e não com o candidato do PT. Ficar ouvindo o PT falar de transparência em um momento como este é muito para mim. Como representante do povo mineiro, reeleito com bela votação, tenho o dever e a obrigação de dizer que transparência se faz em Minas com o governo estadual que temos. Não fazemos e não seguimos o exemplo do atual governo federal que, infelizmente, por atos populistas e assistencialistas, caminha para a reeleição. Infelizmente, mas a população brasileira saberá, no momento certo, dar o recado. Não vamos falar de transparência com o PT.

Foi demonstrado hoje aqui que não prima pela transparência. Para dar um só exemplo, a Prefeitura de Belo Horizonte estava com tudo programado para aumentar o preço do faixa azul. Não o fez, porque acreditava que o PT ganharia a eleição para Presidente no 1º turno. Foi preciso que funcionários da BHTRANS pegassem o talonário do faixa azul e tampassem o valor aumentado. Essa turma vem falar de transparência?

É bom que fique claro que a obra do anel rodoviário está sendo tocada sem licitação. Que transparência é essa? O Governo Lula nada fez para o metrô de Belo Horizonte. Falaram do Governo Fernando Henrique, que foi o que mais fez, que mais construiu e mais prestigiou o metrô de Belo Horizonte. Não aceito esse tipo de crítica.

Faço aqui também a defesa do nosso Secretário de Governo. Sou testemunha de que as portas da Secretaria de Governo sempre estiveram escancaradas para qualquer Deputado, estadual ou federal, de qualquer partido, fazer qualquer reivindicação ou reclamação contra os atos do Governo.

Nunca se teve uma Secretaria de Governo tão democrática e tão aberta à participação dos Srs. Deputados, independentemente de partido. Por diversas vezes, tive a oportunidade de me encontrar, na Secretaria de Governo, com Deputados, inclusive do Partido dos Trabalhadores. Não aceito o discurso de que Danilo de Castro prestigiou este ou aquele Deputado. Muito pelo contrário, foi o Secretário mais democrático deste governo.

Falemos, agora, de obras do governo: o Pró-Acesso, que está ligando Municípios por meio de asfalto; o Pró-MG, que está recuperando as rodovias estaduais, dando exemplo ao governo federal, que nada faz para manter as suas rodovias. Tudo isso foi feito independentemente de partido. Basta analisar a votação do Governador Aécio Neves há quatro anos. Em inúmeros Municípios, onde implantou o Pró-Acesso, foi derrotado há quatro anos. É um Governador que trabalha pelo povo mineiro.

Deixemos a demagogia de lado, assim como o discurso irresponsável, e respeitemos a decisão do povo de Minas Gerais, que deu quase 80% dos votos válidos para a reeleição do Governador Aécio Neves. Dizer que a democracia não foi respeitada, que essa eleição não teve valor, é uma mentira, uma balela, é discurso de quem não aceita a derrota. Que a partir de hoje, os discursos, nesta Casa, passem a ser um pouco mais responsáveis. Acima de nós todos, que aqui estamos, está a vontade do povo mineiro, que deu 80% de votos para a reeleição do Governador Aécio Neves. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Esta Presidência, antes de encerrar a reunião, deixa uma mensagem de congratulações com todos os colegas médicos, principalmente os do nosso Estado, pelo dia de hoje, 18 de outubro, dia de São Lucas, padroeiro dos médicos, e, por consequência, Dia dos Médicos. Que Deus ilumine todos os médicos, para que exerçam com dignidade sua missão de salvar vidas. Fica minha homenagem, como médico, a todos os meus colegas de Minas Gerais.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária também de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 9/8/2006

Às 14h58min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Vanessa Lucas (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BPSF) e os Deputados Doutor Viana e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Weliton Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. José Antônio dos Reis, Reitor da Uemg; Pe. Geraldo Magela Teixeira, Reitor da UNA, (20/9/2006); Silvinho Rezende, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, (8/8/2006); Senador Wellington Salgado, (29/7/2006); e da Sra. Valéria Alves de Souza Soares, aluna do Curso Normal Superior, pedindo informações sobre mudanças do Curso de Pedagogia diante do MEC. A seguir, o Presidente informa aos Deputados que as reuniões ordinárias desta comissão passarão a ser realizadas às quartas-feiras, às 15 horas. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.773 e 6.769/2006. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.017, 3.194, 3.213, 3.214, 3.266, 3.267, 3.268, 3.283 e 3.332/2006. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, é aprovado requerimento do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a regulamentação da Lei Federal nº 11.301, de 10/5/2006, pelo Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2006.

Doutor Viana, Presidente - Vanessa Lucas - Paulo Piau.

ATA DA 11ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 20/9/2006

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados André Quintão e João Leite, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Laudelino Augusto. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação é aprovado requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, em que pleiteia seja enviado ofício ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais - DER-MG, solicitando-lhe que envie a esta Casa informações sobre a Linha 1190, Igarapé-Betim, já que nessa linha não existem veículos preparados para o atendimento de pessoas com deficiências, em especial os cadeirantes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente - Jô Moraes - João Leite.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 4/10/2006

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Olívia e os Deputados Paulo Cesar e Weliton Prado (substituindo este à Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do Bloco PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Cesar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Weliton Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. José Luiz Motta de Avellar Azevedo (2), Assessor Especial do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (6/7/2006 e 20/7/2006); Luiz Eustáquio Linhares, Prefeito Municipal de Ponte Nova (3/7/2006); Virgílio Villefort, Presidente da Confederação Nacional das Entidades Associativas e Sindicatos Comerciais das Ceasas Brasileiras (18/8/2006). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.737 a 6.746, 6.781, 6.787, 6.794, 6.800, 6.801, 6.832 e 6.834/2006. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2006.

Paulo Cesar, Presidente - Cecília Ferramenta - Edson Rezende.

ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 11/10/2006

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Domingos Sávio, Jayro Lessa, Dilzon Melo, Luiz Humberto Carneiro e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Gerson Barros de Carvalho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Transportes e Obras Públicas; Marília Aparecida Campos, Prefeita Municipal de Contagem; Cibele Almeida Viana, Presidente da Associação Centro de Negócios Artesanato em Movimento-Cenato (27/9/2006); Herbert Borges Paes de Barros, Subsecretário Substituto de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, e Francisco Potiguara Cavalcante Júnior, Diretor de Desenvolvimento e Articulação Institucional do Ministério da Educação (7/10/2006). O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 3.355/2006, no 1º turno, (Deputado Sebastião Helvécio). O Deputado Jayro Lessa se retira da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Helvécio, que conclui pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.355/2006, no 1º turno, o Presidente

indefere o pedido de vista da Deputada Elisa Costa. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, registrando-se o voto contrário da Deputada Elisa Costa. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Domingos Sávio, Dilzon Melo, Elisa Costa, Jayo Lessa, Luiz Humberto Carneiro e Sebastião Helvécio, em que solicitam seja realizada audiência pública, para debater de forma ampla o PPAG-2004/2007, com a participação da sociedade civil e de parlamentares membros de todas as Comissões desta Casa, buscando o seu aprimoramento democrático, tendo como convidado o Prof. Antônio Augusto Anastasia, Secretário de Estado de Planejamento e Gestão; e do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita que o Sr. Ibrahim Abi-Ackel, Secretário de Estado de Defesa Social, seja convidado para prestar informações a esta Comissão sobre a construção de um centro de recolhimento e reabilitação de menores infratores no Município de Juiz de Fora. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2006.

Domingos Sávio, Presidente - Jayo Lessa - Sebastião Helvécio - Luiz Humberto Carneiro - Dilzon Melo - Elisa Costa.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 77ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa ordinária da 15ª Legislatura, EM 24/10/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto parcial à Proposição de Lei Complementar nº 100, que altera a Lei Complementar nº 33, de 28/6/94, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências.

A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.601/2005, do Governador do Estado, que cria a Superintendência Regional de Ensino na estrutura da Secretaria de Estado de Educação no Município de Unai.

A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.698/2005, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Conceição dos Ouros o imóvel que especifica.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.900/2005, do Deputado Ricardo Duarte, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Ituiutaba.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.335/2006, do Tribunal de Contas, que cria os cargos de Auditor e de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fixa os seus subsídios e dá outras providências.

A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Passa Tempo o imóvel que especifica.

A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica.

A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica.

A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre brinquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos, e dá outras providências.

A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica.

A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica.

A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Miguel do Anta.

A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão EspECIAL Contra a Invasão dos Produtos Chineses, a realizar-se às 10 horas do dia 24/10/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, com diversos convidados, sobre o tema: Setor Ótico e de Refratários.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 24/10/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.203/2006, do Deputado Arlen Santiago.

Requerimentos nº 6.873/2006, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 24/10/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.398/2006, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.406/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria; 3.549/2006, da Deputada Ana Maria Resende.

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.568/2006, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.525/2006, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.092/2003, do Deputado João Bittar; 3.083/2006, do Deputado Antônio Genaro; 3.143/2006, do Deputado Célio Moreira; 3.366/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.457/2006, do Deputado Neider Moreira; 3.499/2006, do Deputado Rogério Correia; 3.572/2006, do Deputado Roberto Ramos; 3.573/2006, da Deputada Vanessa Lucas; 3.575/2006, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.578/2006, do Deputado Durval Ângelo; 3.580/2006, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.581/2006, do Deputado Fábio Avelar; 3.582 e 3.583/2006, do Deputado Mauri Torres; 3.584/2006, do Deputado Miguel Martini; 3.586 e 3.587/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 3.588 e 3.589/2006, do Deputado Célio Moreira; 3.592 e 3.593/2006, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.594 e 3.595/2006, do Deputado Sebastião Costa; 3.597/2006, do Deputado Doutor Viana; 3.599/2006, do Governador do Estado; 3.600/2006, do Deputado Biel Rocha; 3.603/2006, do Deputado Neider Moreira; 3.604/2006, da Deputada Vanessa Lucas; 3.609/2006, do Deputado Célio Moreira; 3.610, 3.611, 3.612, 3.613 e 3.614/2006, do Deputado Doutor Viana; 3.615/2006, da Deputada Maria Tereza Lara; 3.617/2006, do Deputado Rogério Correia; 3.618/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.623 e 3.624/2006, do Deputado Dimas Fabiano; 3.625/2006, do Deputado Carlos Gomes; 3.626, 3.627 e 3.628/2006, do Deputado Laudelino Augusto; 3.630/2006, do Deputado Célio Moreira; 3.631/2006, do Deputado Gustavo Valadares; 3.633/2006, do Deputado Antônio Júlio; 3.634/2006, do Deputado Célio Moreira; 3.635/2006, do Governador do Estado; 3.638/2006, do Deputado João Leite; 3.640/2006, do Deputado Roberto Ramos; 3.641/2006, do Deputado Antônio Júlio; 3.643/2006, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 24/10/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.875/2005, da Deputada Lúcia Pacífico.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 24/10/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 25/10/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/10/2006

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, demais Deputados e Deputadas, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, cumprimento também as pessoas que nos assistem das nossas galerias. Sr. Presidente, após as eleições, quero iniciar minhas palavras agradecendo a Deus por estar aqui e pela minha vitória, já que fui eleito para o meu terceiro mandato como Deputado de Minas Gerais. Agradeço também, de forma carinhosa e muito especial, aos meus quase 66 mil eleitores, que continuam depositando sua confiança em minha pessoa, e adianto-lhes, novamente, que não os decepcionarei e continuarei, no próximo mandato, lutando pelas causas dos mais necessitados, apoiando e apresentando projetos de interesse do povo mineiro. Continuarei buscando melhorias para a saúde, defendendo uma educação de qualidade, procurando levar o esporte a todas as camadas sociais, combatendo as drogas de quaisquer tipos, e continuarei lutando pelos direitos do funcionalismo público e tantos outros direitos do cidadão indefeso.

Aos meus colegas, eleitos para o primeiro mandato, dou as boas-vindas e me coloco à disposição para auxiliá-los e ser parceiro no que for possível. Creio que o espírito de união deva prevalecer sempre nesta Casa Legislativa. Afinal de contas, estamos aqui com um único objetivo: promover o bem-estar da população de Minas Gerais, buscando, cada vez mais, dignificar o nosso Estado, por meio da verdade, da boa administração e de uma exemplar legislação.

Quero convocar todos os meus pares a se engajar numa tarefa única e urgente: o fortalecimento do Poder Legislativo, que deve cumprir o seu papel legislador, pois, apesar da independência entre os Poderes, em nome do povo mineiro, devemos trabalhar sempre em parceria com o Executivo e o Judiciário.

Quero também levar as minhas homenagens às professoras e aos professores deste país, principalmente deste Estado, que comemoraram o Dia do Professor no dia 15 de outubro. Sei que a categoria faz parte de uma das classes mais guerreiras, mais batalhadoras do nosso meio; sei também que muito foi conquistado, mas que ainda muitas melhorias têm que ser alcançadas.

Na condição de Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática desta Casa, gostaria de comunicar a esses queridos profissionais da educação do nosso Estado que podem continuar contando com o meu total apoio nesta Assembléia Legislativa. Meu gabinete continua de portas abertas para atendê-los, escutá-los, discutir e propor ações necessárias a uma educação de qualidade em Minas Gerais.

Quero aproveitar este momento, em que estamos parabenizando os professores e as professoras por seu dia, para dizer que, com muita alegria, tomei conhecimento, por meio de informação do Secretário de Administração e Planejamento, Antônio Augusto Anastasia - hoje eleito Vice-Governador para o próximo mandato -, de que o Estado acaba de aposentar as 300 primeiras funcionárias da área de auxiliar de serviços na educação.

Estarei com o Secretário para aprofundar-me no assunto, mas quero dizer que isso configura a correção de uma grande injustiça de Minas Gerais, praticada ao longo de praticamente 50 anos com essa categoria da área da educação. Essa ação possibilitará que isso também ocorra com os demais serviços, pessoas com mais de 20 ou 30 anos de serviços prestados. Embora fossem contratados, o Estado voluntariamente fazia um hiato de um ano para outro e não dava continuidade ao trabalho desses profissionais. Com isso, ele se desobrigava de assumir como funcionário aquele servidor que prestava serviço tanto quanto os outros, com melhor qualidade, na área da educação.

Parabenizo as Secretarias de Administração e de Educação, que cumprem, com essa atitude, a recuperação da justiça para com esse grupo de funcionários do nosso Estado. Embora contratados, lembro-me do primeiro ato do Governador, o de suspender o concurso que havia sido realizado na época, no final do mandato do então Governador Itamar Franco. O Governador eleito, Aécio Neves, suspendeu o concurso para não ser injusto e para buscar uma solução. E o fez por meio da Secretaria de Educação, com o apoio total da Secretaria de Administração e Planejamento, e com a sensibilidade da equipe dessa Secretaria, principalmente do Secretário Antônio Augusto Anastasia, que buscou o caminho para fazer justiça a esses auxiliares do setor de serviços gerais ou dos serviços da área da educação.

Fiquem registrados os nossos aplausos ao Governador Aécio Neves pelo seu governo, pela sua sensibilidade e por corrigir a injustiça feita a esse grupo de funcionários.

O segundo profissional que gostaria de parabenizar hoje é o médico anestesiológico, também conhecido como anestesista, que são meus colegas e tiveram a comemoração do Dia do Anestesiológico na data de ontem, dia 16 de outubro. Parabenizo esses bravos colegas que dedicam seus conhecimentos ao trabalho, à área de saúde, aliviando as dores e preparando os pacientes para cirurgias, operações, e que contribuem para a recuperação do estado de saúde do paciente. Parabéns a todos esses profissionais. Os meus cumprimentos e o desejo de muito sucesso, bom desempenho e êxito na profissão de cada um.

Outro assunto que desejo destacar é a Semana da Ciência e Tecnologia, cuja abertura oficial em Belo Horizonte será amanhã, dia 18 de outubro, às 9 horas, no Parque Municipal, com a presença do Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Paulo Kleber. O evento terá a participação de 20 instituições públicas e privadas, com atividades voltadas para o público de todas as idades. Esta semana está voltada para mobilizar as comunidades sobre a importância da ciência e da tecnologia em nossa vida, no progresso e desenvolvimento do nosso Estado. Por meio de 20 estandes que serão montados no Parque Municipal, a população poderá aproximar-se mais do que representam a ciência e a tecnologia no cotidiano. Teremos ainda a presença de diversas escolas públicas e privadas com a apresentação de peças teatrais, e ainda o evento "Circo da Física", com oficinas compostas de disciplinas básicas e avançadas. A Semana de Ciência e Tecnologia vai até o próximo dia

22 de outubro, de 9 às 18 horas.

A proposta da Secretaria é alcançar o público que atualmente não tem acesso à produção científica e tecnológica, embora utilize os seus resultados no cotidiano. O tema da semana deste ano é "Criatividade e Inovação", homenageando as comemorações do centenário do primeiro vôo do 14-Bis, realizado há 100 anos pelo mineiro Santos Dumont.

Abro um parêntese, pois Santos Dumont merecia muito mais que todos os elogios e comemorações em andamento pelo centenário da inauguração da aviação no mundo, dada a importância do momento histórico da pesquisa da ciência e da tecnologia, que comemoramos esta semana.

Há 100 anos, Santos Dumont, um mineiro, realizou um dos fatos mais importantes do último século em todo o mundo. Até hoje continuam tentando roubar desse grande brasileiro a autoria do primeiro ato da aviação no mundo. Era preciso que o Brasil tomasse a frente dessa questão para, definitivamente, selar em todo o mundo o reconhecimento a esse grande mineiro: Santos Dumont. Faço essa colocação na condição de Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática da Assembléia.

Nesta semana serão abordados temas como o meio ambiente, a astronomia, a saúde, as ciências naturais, a energia nuclear, a física e a química. Todos estão convidados a visitar os estandes e a participar das atividades da Semana de Ciência e Tecnologia, no Parque Municipal, a partir de amanhã.

Pela realização do evento, consigno e deixo nosso reconhecimento. Parabens ao Secretário Paulo Kleber e toda sua equipe, além do Governador Aécio Neves, sensível a essa questão tão importante e necessária para o desenvolvimento de nosso Estado, qual seja o investimento em ciência e tecnologia.

Muito obrigado Sr. Presidente e Deputados, eram essas as minhas considerações.

O Deputado Laudelino Augusto* - Mineiros e mineiras, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, nossas saudações. Reforço os cumprimentos dirigidos pelo Deputado Doutor Viana, que me antecedeu nesta tribuna, aos professores e professoras, que celebraram o seu dia em 15 de outubro. Aliás, todos celebramos esse dia. Também sou professor e levo aos companheiros e companheiras das salas, no dia-a-dia do ensino e da educação, nossa solidariedade e homenagem. Como disse o Deputado, essa é uma classe que muito se esforça e está na base da formação do País, do Estado, dos Municípios, enfim, da própria pessoa humana, mas que ainda não tem seu valor reconhecido em alguns lugares, como, lamentavelmente, em nosso Estado, onde o salário para quem começa ainda está abaixo do salário mínimo.

Aproveito a oportunidade e faço eco à sua saudação aos anestesiológicos, que comemoraram ontem o seu dia, e antecipo os cumprimentos que daria amanhã, 18 de outubro, dia de São Lucas, um médico, a todos os médicos e médicas, lembrando que temos nesta Casa vários Deputados com essa formação: sejam felizes em sua vocação e em sua ação pela saúde do nosso povo.

Por fim, como tantos já fizeram, também quero agradecer aos que nos concederam seus votos nessas eleições: votos que, em meu caso, não foram suficientes, em números, para a reeleição, mas suficientes para que entendêssemos o reconhecimento de parte considerável da população, certamente de pessoas que acompanham de perto os nossos mandatos, o que, lamentavelmente, ainda não é prática costumeira de muitos cidadãos e cidadãs. No Congresso Nacional e em alguns Municípios, já há grupos de acompanhamento das atividades dos parlamentares.

Isso é muito bom, muito saudável para a democracia. Aqui, ainda não temos um grupo de acompanhamento; porém, o número que obtivemos é suficiente para que fiquemos em uma paz inquieta, mas uma paz e tranquilidade de coração, de espírito, sabendo que a maneira como fazemos política está sendo reconhecida por uma parte considerável da população. Isso é bom! Nós entendemos e exercemos o chamado poder como um serviço à sociedade.

Um dos nossos companheiros, o Deputado Edson Rezende, fez uma reflexão muito interessante. Aliás, temos recebido muitos "e-mails" e telefonemas, que agradeço, e as pessoas também têm falado conosco pessoalmente. O Deputado Edson Rezende fez uma observação interessante e que merece aprofundamento: "Mandato parlamentar é uma coisa; eleições são outras coisas". De fato, temos de aprofundar isso. Parece que são coisas totalmente desligadas uma da outra. Isso também ajuda a nos dar uma tranquilidade de coração, porque, afinal de contas, não foi o nosso mandato que foi colocado à prova, que foi avaliado, quando alguém teria dito que ele não estava bom. Se se tratasse de uma avaliação dos mandatos, certamente - e não faltamos com a modéstia - teríamos um resultado diferente, assim como outros Deputados e outras Deputadas que não conseguiram a reeleição também teriam sido reeleitos; e, "data venia", alguns e algumas que foram reeleitos, que não têm projeto algum, não vêm à tribuna, não fazem debates, não participam e não representam a população, pois atendem simplesmente a interesses de grupos ou pessoais, não teriam sido reeleitos.

Estamos dispostos a discutir e a aprofundar isso. Penso que a Assembléia pode ser um espaço para essas discussões. Enfim, é isso; o resultado foi esse, é democrático, e nós o aceitamos dentro da proposta de democracia, questionando essa democracia que coloca eleições como gincana. Trata-se de uma gincana: ganha quem tem mais torcida, quem paga mais, quem arrecada mais, quem compra mais votos, etc. Então, vira uma gincana, e o trabalho daqueles que tentam representar a população acaba sendo desconsiderado. Isso merece um aprofundamento. Voltaremos a falar sobre esse item em outro dia.

Concluindo esse assunto, cito uma frase de Rubem Alves, escritor, pensador e filósofo: "A política, como vocação, está entre as mais sublimes; como profissão, é a mais vil". Vamos pensar e refletir sobre isso.

Passando a outro assunto, quero lamentar - apesar de não conhecer bem a pessoa ainda - a mensagem do Sr. Governador submetendo à apreciação da Assembléia o nome da Sra. Adriene Barbosa de Faria Andrade para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Para nós, isso tem uma conotação muito política. Pode ser até que ela tenha uma formação técnica. Todos os documentos da própria Assembléia trazem que o caráter do Tribunal de Contas é notoriamente técnico, e vem-nos novamente sugestão de nome de pessoa política. Não tenho nada contra a pessoa, ela é do Sul de Minas, o que engrandece a região. É uma mulher, e não há ainda uma Conselheira. Tudo bem, mas vamos ver outros critérios. Temos discutido isso aqui e teremos oportunidade de voltar a esse assunto. Faremos a sabatina e conheceremos essa Conselheira - quem sabe posso até cair do cavalo, e ela ser uma Conselheira que realmente represente a população mineira.

Gostaria de falar rapidamente sobre o quarto assunto. Há pelo menos três meses, estou inscrito para falar no Grande Expediente; porém, a cada semana, a cada dia, não há quórum necessário para a reunião. Podem verificar, no nosso livro de inscrições, que desde julho estou me inscrevendo diariamente para abordar a questão da subsidiária Copasa para envasamento e comercialização das águas minerais, a qual é urgente e muito importante. Já falamos várias vezes sobre isso, fizemos duas audiências sobre esse assunto e solicitamos penhoradamente ao Governador que fizesse o desmembramento do projeto de lei. Ele enviou à Assembléia um projeto de lei criando quatro subsidiárias, que agora se reduziram a três: uma para as águas minerais, outra para o Projeto Jaíba e outra para as cidades - todas elas em Minas Gerais - que têm déficit operacional da Copasa. Ou seja, querem enxugar a Copasa, deixando-a sem déficit, especialmente - segundo o projeto do Governador -

no Vale do Jequitinhonha, no Mucuri, no Norte de Minas e em outras cidades do Sul de Minas, do Triângulo e da Região Central, onde há déficit operacional.

Temos insistido muito para que haja o desmembramento. Estamos lutando para que isso seja retomado urgentemente, até porque somos do Circuito das Águas e conhecemos sua realidade. Sabemos de várias pessoas, pais e mães de família, que estão desempregados desde 27 de junho do ano passado. É possível que esse envasamento seja iniciado.

A questão é tão séria que há até maldade nisso. Em Caxambu, terra onde nasci, e no Circuito das Águas, que freqüente semanalmente, chegaram a dizer maldosamente que o Laudelino é quem estava segurando esse projeto da Copasa, para que não fosse iniciado o envasamento das águas.

Ainda bem que o pessoal de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá conhece o nosso trabalho. Aliás, conseguimos a maior votação lá. Todavia, alguns acreditaram nessa maldade. Isso não é verdade. Estamos lutando para que o envasamento seja feito o mais rapidamente possível, assim como a comercialização. Além disso, não temos o poder de segurar a tramitação de um projeto por tanto tempo! Se o tivéssemos, teríamos realizado outros trabalhos, como a CPI da Comig, hoje Codemig, responsável pelas águas minerais. Essa empresa precisa de uma auditoria, bem como a Copasa e a Cemig. Deveria haver CPIs sobre essas autarquias.

Em audiências, já apresentei requerimentos ao Governador sobre matéria constante no abaixo-assinado que recebi, no dia 14 de agosto, dos ex-funcionários da Superágua. Fomos lá, protocolamos esse documento no dia 17 de agosto. Trata-se de uma carta que solicita ao Governador o desmembramento do projeto de lei, criando uma subsidiária para as águas minerais. "Nós, ex-funcionários da Superágua, empresa que operava a extração, a distribuição e a comercialização de águas minerais, acompanhamos, com grande ansiedade, a tramitação da proposição que cria uma subsidiária para a Copasa iniciar as atividades de envasamento das nossas águas minerais". É lamentável esse projeto criar três subsidiárias e não apenas uma; as outras estão segurando o processo. "Diante da retirada do regime de urgência para a aprovação da mencionada proposição, solicitamos o desmembramento da criação da subsidiária para operação das águas minerais das demais, incluídas na proposição referida, e a votação em regime de urgência pela Assembléia Legislativa do Estado. A nossa atual situação é de desespero. Somos cerca de duzentas famílias. Em Caxambu, principalmente, a situação é lastimável. Na nossa cidade, o principal gerador de empregos é o turismo, que não comporta tanta mão-de-obra. Estamos sobrevivendo de expectativas e da caridade alheia". Depois continuamos falando sobre a situação, a dificuldade das famílias dos ex-funcionários da Superágua. E concluem: "Não podemos esperar que esse importante assunto seja resolvido após as eleições. Aguardamos boas notícias, assim como toda a população, que torce para que tudo seja resolvido o mais rápido possível. Passamos mais um Dia dos Pais sem ao menos mostrar a nossos filhos que estamos empregados e que a comida não faltará. Pedimos encarecidamente a atenção de V. Exa., que se mostra coerente com as suas atitudes e zela pelo bem-estar do povo mineiro, e empenho para agilizar a votação da proposição que cria a subsidiária da Copasa, responsável pelo envasamento das nossas águas, e para restabelecer os nossos empregos o mais rápido possível.

Agradecemos a atenção e aguardamos ansiosos pela resposta ao nosso pedido. Subscrevemo-nos. Caxambu, 14 de agosto de 2006". Assinam o documento 200 pais e mães de famílias, desempregados pela Superágua.

Há ainda aqui um requerimento, aprovado em 17 de agosto na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em que se faz uma solicitação ao Governador. Ou seja, entregamos-lhe um abaixo-assinado e pedimos-lhe que, por meio do Líder do Governo nesta Casa, se procedesse ao desmembramento do projeto de lei, criando-se a subsidiária das águas minerais e a do Jaíba. Quanto a isso, parece-me haver consenso. Assim sendo, as demais ficariam para depois, após realizar-se uma discussão maior.

A criação da subsidiária para as águas minerais estava dependendo simplesmente de respostas da Copasa ao "Fórum das Ongs do Circuito das Águas - Focas". Eles providenciaram a resposta, que se encontra em nossas mãos e é muito sintética, desprovida de informações. Ainda não obtive resposta do Focas. Estamos satisfeitos com essas respostas, porém aguardaremos um pouco para verificar melhor a questão.

Quanto à outra subsidiária, há audiências marcadas, veremos como a situação ficará. Temos certo receio. Portanto, fizemos um pedido aos Ministros Hélio Costa e Walfrido dos Mares Guia, que estiveram em Caxambu na quinta-feira passada. Aproveitamos a oportunidade da visita e pedimos-lhes que intercedessem junto ao Governador a fim de que se faça o desmembramento. Conforme salientamos na ocasião, temos medo de que se trate de uma miniprivatização da Copasa, ou seja, de uma proposta de privatização, o que é próprio do governo do PSDB.

Hoje o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a dizer que é a favor da privatização da Petrobras e do Banco do Brasil. Ademais, o candidato do PSDB está falando até em privatizar o avião da Presidência. Se isso acontecer, não se sabe quanto será gasto com viagens.

Com medo de que a Copasa venha a ser privatizada, estamos solicitando ao Governador o referido desmembramento, a fim de votarmos a questão da subsidiária das águas minerais. Depois, teremos mais tempo para aprofundar, discutir, fazer emendas, no que tange à criação de subsidiárias. Deixamos, então, esta mensagem.

Mais uma vez, agradecemos os votos, pois, como já disse, foram suficientes para nos dar, pelo menos, a paz inquieta. Aproveito para agradecer aos professores e às professoras, bem como para parabenizá-los pelo seu dia. Parabenizamos também os médicos pelo seu dia, comemorado amanhã. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Presidente em exercício, Deputado Rêmolo Aloise, os Deputados e as Deputadas presentes ao Plenário da Assembléia, enfim, cumprimento toda Minas Gerais.

De início, como bem fez o Deputado Laudelino Augusto, agradeço ao Estado de Minas Gerais a eleição e principalmente os votos que obtivemos em 364 Municípios, que apostaram em nós e nos escolheram para continuar o trabalho nesta Casa, onde apresentamos um conjunto de propostas, idéias e projetos. De maneira especial, agradeço as pessoas que apoiaram a nossa candidatura e as candidaturas dos companheiros Deputados Estaduais e Federais, do candidato a Governador, companheiro Nilmário Miranda, bem como os votos concedidos ao Presidente Lula, levando-o a disputar as eleições no segundo turno.

Deixamos aqui um abraço para Minas Gerais pelo resultado que obtivemos, que, com certeza, veio devido ao apoio de todos os militantes, inclusive de muitos anônimos. Construímos uma candidatura apoiada nos movimentos sociais, nas lideranças políticas, nos Prefeitos, nos Vereadores e militantes do PT. Isso adveio também pela construção histórica e política que fizemos ao longo desses anos.

Nossa reeleição e a presença de nossas candidaturas nessa eleição representam o acúmulo histórico dos movimentos sociais, da luta pela cidadania e pela liberdade democrática por um país com mais justiça social, desenvolvimento e participação popular.

Muito obrigado a todos que se empenharam em nos ajudar, que fizeram uma corrente, porque, na verdade, realizamos uma campanha com

parcos recursos para nossa reeleição.

Nossa campanha traduziu para nossas comunidades um trabalho compreendido pelas pessoas, que nos ajudaram de maneira muito presente. Ela foi cidadã e realmente militante. Nosso abraço a Governador Valadares pela grande resposta que nos deu nessa eleição. Agradecemos também a Mantena, a Pescador, à região das Vertentes, Caratinga, Sul de Minas, Norte de Minas, à Grande BH, à vertente do Caparaó, ao Vale do Aço, a Suaçuí, Guanhães, ao Vale do Rio Doce e a toda aquela região. Nossa primeira palavra, ao voltar à tribuna, é de agradecimento por esse ato de reconhecimento do Estado de Minas Gerais.

Quero discutir duas agendas que se encontram, neste final de ano, na Assembléia Legislativa. Trata-se da discussão do Orçamento e do PPAG. Na Comissão de Fiscalização Financeira, estamos debatendo uma proposta do Bloco PT-PCdoB para a realização de uma audiência pública, em parceria com a Comissão de Participação Popular, a fim de se discutir o PPAG e, especialmente, o Orçamento de 2007.

Estamos tendo um exemplo positivo da discussão do Orçamento da União, que será também analisado de maneira descentralizada pelos Estados do País. No dia 7, receberemos aqui, na Assembléia Legislativa, a Comissão Mista do Orçamento da Câmara Federal, quando se discutirá o Orçamento da União com lideranças do Estado de Minas Gerais, com a Assembléia Legislativa, de modo também a tornar o Orçamento da União num rosto de Minas Gerais e do povo brasileiro. Isso deverá ser dado a partir das necessidades e da presença dos atores que compõem o nosso Estado e acompanham as realizações das políticas públicas do Brasil, e também de Minas Gerais.

Ao discutir o Orçamento de Minas Gerais, temos também o objetivo de traduzir as necessidades de Minas Gerais em políticas públicas, especialmente em políticas sociais que venham garantir os direitos de os trabalhadores terem uma distribuição de renda justa, a melhoria das condições de vida de nossa população e a geração de mais emprego e renda. Enfim, colocar o Brasil no ritmo do seu desenvolvimento.

Deputada Jô Moraes, vendo-a ir para Brasília, percebemos que temos duas agendas muito importantes para serem debatidas ainda no final deste mandato, e que deverá estender-se no próximo ano. Uma delas é a votação do Fundeb, que está para ser completada. Sua aprovação significará mais recursos, investimentos e uma verdadeira mudança na educação do País.

Educação deve ser a prioridade de todos os governantes, especialmente quando há a possibilidade de um segundo mandato. É preciso que haja educação de qualidade, desde o financiamento da educação infantil, a melhoria da qualidade do ensino fundamental, inclusive com a criação do piso nacional de salário dos educadores e dos professores, e ainda os cursos técnicos profissionalizantes, ampliando-se a possibilidade de os jovens se qualificarem melhor no ensino médio, além de se prepararem para poder cursar uma universidade pública e obter melhores oportunidades por meio do conhecimento nessa era da informação.

Nossa proposta de educação encontra-se na Câmara Federal para votação e merece dos Deputados e dos Senadores uma atenção especial para que seja votada ainda neste ano. A partir do próximo ano, esperamos que haja mais respeito em relação à educação, que deve ser prioridade dos nossos governos.

Muito já se fez pela educação. Atualmente há mais de 204 mil estudantes pelo ProUni, bolsas de estudo parciais ou integrais, possibilitando que a juventude tenha acesso ao ensino superior. Há ainda a criação de diversas universidades federais, sendo 3 em Minas Gerais e 10 no restante do País. Isso amplia e democratiza o acesso dos jovens ao ensino superior. Por meio do conhecimento, da pesquisa, do desenvolvimento de políticas regionais, dos diagnósticos, será possível melhorar a qualidade de vida de todos nós e do povo brasileiro, rumo a um verdadeiro desenvolvimento. Não haverá desenvolvimento se não houver educação de qualidade. A educação é fundamental para que o Brasil alcance o seu patamar de cidadania, além do avanço da própria democracia. Educação é fundamental para esse passo seguinte.

Podemos perceber que o governo federal tem contribuído para que haja justiça em relação aos servidores federais, que já sentem a diferença. Aliás o governo tem priorizado também a dignidade do trabalho dos nossos servidores públicos.

Deputada Jô Moraes, demais Deputados Federais, seria bom que isso ocorresse neste término de mandato. Nosso papel, como Deputado Estadual, é contribuir para que a educação avance em Minas Gerais. Já houve realizações e avanços, e com o Fundeb essas realizações serão ainda maiores.

Outra agenda fundamental é realizarmos uma discussão. Ontem, ouvindo o Presidente Lula no Roda Viva, percebi a importância da reforma política neste país, do financiamento público, da fidelidade partidária e do voto em lista. Discutimos o voto distrital misto e devemos aprofundar a sociedade brasileira. Oportunidades iguais para disputar as eleições é um caminho fundamental para que haja um sistema político que represente melhor a realidade, o rosto e as necessidades do povo brasileiro. É preciso aprimorar e fortalecer os partidos políticos, pois assim fortaleceremos a democracia.

É o momento de avançarmos nesse debate, unindo forças, pensamento e compromisso das eleições, em que haja participação cidadã, em que o poder econômico tenha menos influência e a cidadania prevaleça. É o caminho que devemos perseguir. A reforma política também deve contribuir para esse debate, além de tantos outros temas que deverão fazer parte da agenda nacional e da do povo brasileiro.

Quero terminar meu discurso agradecendo mais uma vez ao povo de Minas Gerais a oportunidade de continuar aqui na Assembléia Legislativa realizando trabalho em prol das nossas bandeiras, dos nossos projetos de desenvolvimento regional, da ampliação dos programas sociais, especialmente os relacionados à segurança alimentar, educação e implantação de extensões universitárias nos pólos do Estado. A nossa luta continua para que Governador Valadares receba a extensão da UFMG e também cursos técnicos, dando oportunidade a nossa juventude. São essas as lutas que estamos consolidando no primeiro mandato. Queremos aprofundar e construir, juntos às regiões onde trabalhamos, especialmente a do Vale do Rio Doce, de forte imigração, políticas públicas de geração de emprego, trabalho, desenvolvimento e renda, para que a população possa continuar ali, permanecer com suas famílias nas cidades e investir, a exemplo de outras regiões que estão se desenvolvendo social, econômica e culturalmente.

Estamos, portanto, trabalhando nesses projetos e queremos ampliá-los agora, na oportunidade em que exerceremos o segundo mandato em Minas Gerais, pelo Vale do Rio Doce, pelo Leste de Minas e também por Governador Valadares.

Um abraço a todos. Fica aqui o nosso carinho e o nosso agradecimento pela votação que obtivemos.

A Deputada Jô Moraes - Antes de tratar do assunto que me traz aqui, que é o debate sobre a reforma política, cláusula de barreira, queria apenas aproveitar a oportunidade da presença do Líder do Governo e ler uma pequena nota publicada no caderno "Brasília, Economia", da cronista Regina Martinez. O nome da coluna é "Olho na grana", e o título é "Copasa". (- Lê:)

"Quem procura oportunidades de negócio deve acompanhar os atos do Governador reeleito de Minas Gerais, Aécio Neves. A privatização da Copasa deve ser agilizada através da venda das ações de suas subsidiárias". Tratarei desse tema em outra oportunidade, mas registro aqui essa notícia do jornal "Hoje em Dia".

Querida dizer minhas primeiras palavras após o teste das eleições, a avaliação da sociedade, que diz respeito às lições que as urnas nos dão. Evidentemente, a nossa democracia é limitada, porque cada homem ou mulher que constrói este país pode participar pouco dela. Um dos momentos mais importantes é exatamente o do voto, submetido a uma dinâmica absolutamente imponderável. É bom que tenhamos a leitura do resultado dessas urnas na circunstância tumultuada que foi a alteração da legislação brasileira, representando uma mudança de regras no auge do campeonato. É claro que esperamos o segundo turno para verificar o que a Nação quer e discutir melhor o aperfeiçoamento da nossa democracia e das nossas instituições. Digo isso porque, mal chegamos aqui, no dia 3 de outubro, e já estavam sendo discutidos os efeitos da cláusula de barreira sobre os partidos. Terminada a fase de votação deparamo com uma excrecência institucional absolutamente inadmissível.

Estamos aqui - Deputados e Deputadas eleitos - e, de repente, surge a idéia nesta Casa, na Câmara Federal e nas Câmaras de que haverá parlamentares de dois tipos: os que chamaram de "zumbis" e os parlamentares de plenos direitos. Isso é uma excrecência da democracia, tergiversação da representação popular. Não é uma legislação esdrúxula que pode tirar ou dar legitimidade aos representantes eleitos.

Primeiramente, espanta-nos que uma lei de 10 anos, ou seja, de 1996, mal chega ao processo final das urnas e já há três interpretações da alta corte eleitoral deste país. Como há uma legislação que diz que apenas seis partidos têm representação parlamentar, direito ao fundo partidário e à TV? Daqui a pouco haverá uma segunda e uma terceira interpretações.

Essa tergiversação do processo de representação popular é uma grave crise que as instituições brasileiras podem representar e estão expressando. Para onde rumo o que está sendo posto? De onde veio? A cláusula de barreira é uma herança da ditadura militar, que a produziu, exigia 10% e depois 5%. Em 1996, iniciou-se o processo. Na legislatura de 2003, introduziu-se a exigência de 1%, e, dez anos depois, chegamos a essa expressão e tergiversação. Além da ditadura, de onde veio a cláusula? Da Alemanha, que evidentemente é um país parlamentarista e unicameral, ou seja, não possui Senado, mas uma única Câmara e parlamento. Verifica-se o tamanho e a dimensão dos partidos políticos e das forças políticas por meio da sua expressão de representação na Câmara Federal.

No Brasil, por exemplo, o PCdoB obteve 7% dos votos no Senado e 2% em nove Estados. Quem pode provar que o PCdoB não possui caráter nacional, além da sua expressão de representação social? Por isso a primeira questão que devemos considerar é que o Parlamento mineiro, assim como o brasileiro, na próxima Mesa desta Casa, tem de comprometer-se com aquilo que é da história democrática do nosso país. O funcionamento parlamentar dos partidos que aqui tomaram assento é intocável.

Quero lembrar que, em 2003, o Prona e o PV não conseguiram assegurar a cláusula de barreira exigida naquela legislatura, e a Comissão de Constituição e Justiça, que é quem ordena o processo interno dos parlamentos, assegurou o funcionamento parlamentar dos dois partidos. Por isso é fundamental que os Deputados integrantes dos partidos que não cumpriram essa exigência esdrúxula compreendam que já há um precedente, no qual terá assento na Casa, em funcionamento parlamentar, o conjunto dos partidos que para aqui foram conduzidos pelo eleitorado do nosso Estado. Essa é uma primeira reivindicação.

A segunda saída... Gostaria de dizer que, na Comissão Especial da Câmara Federal, já está aprovado um projeto de reforma política que aprofunda as instituições democráticas, aperfeiçoa os partidos políticos e assegura fidelidade partidária, financiamento público, federação de partidos e mecanismos normais e naturais que garantam a representação democrática do nosso povo.

Senhoras e senhores, qual é a alternativa que se discute? Jornalistas perguntaram-me se o PCdoB iria fundir-se. Discutimos, em nível nacional, com o Partido Verde. Mas como ele pode fundir-se com outro que não tenha a causa ambiental como sua identidade? Como o PCdoB fundirá com outro partido que não tenha uma identidade que não a dele?

Então, essa proposta de fusão, ao contrário de fortalecer os partidos políticos e as instâncias democráticas, fragiliza, faz com que, mal se comece uma legislatura, os grandes partidos busquem, para se fortalecerem, a adesão de outros.

Lembro, aqui, aos caros Deputados, que foi no início desta última legislatura, com confusões, incorporações, adesões e cooptações, que se iniciou a crise institucional do nosso país. É por isso que não podemos ter, como perspectiva, a idéia de fusão e de diluição. Os partidos políticos precisam de projetos. Posso ter uma diferença ideológica fundamental, e tenho, com o PFL, mas ele necessita de sua identidade, inclusive para que o eleitorado saiba que ele não serve à causa nacional.

Não podemos enfrentar o aperfeiçoamento da democracia negando o direito legítimo da sociedade brasileira, do eleitorado, de escolher os representantes dos seus partidos.

O PCdoB tem uma convicção de que não se fundirá com outros partidos. Ele pode integrar-se a uma aliança política ampla, e deve, na busca de um projeto de nação mais avançado.

Além disso, o PCdoB considera que o funcionamento parlamentar já está assegurado na Comissão de Constituição e Justiça quando, no ano de 2003, criou-se o precedente.

Há, no Superior Tribunal Federal, uma ação direta de inconstitucionalidade contra essa legislação que estamos discutindo e que será ativada para que se conclua o processo.

O nosso partido convocará todas as forças políticas para aprovar a reforma política plena, que está em tramitação na Câmara dos Deputados. Fazemos uma convocação para que as pessoas compreendam que a democracia é plural. É preciso que haja o verde, o vermelho, o rosa, o amarelo ou o azul. A pluralidade é uma prática da sociedade brasileira, e não esse esdrúxulo cerceamento do pensamento político. A pluralidade, sim, é um sonho de todos que vivemos nessa triste e dolorosa Nação. Mas chegará o dia em que não será mais triste nem dolorosa.

Termino, agradecendo a todos que se incorporaram ao nosso projeto democrático de assegurar a representação do PCdoB na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal, porque isso é parte da resistência libertária da nossa gente.

Deputado Sargento Rodrigues, finalizamos o nosso discurso, a fim de que V. Exa. possa usar o tempo que ainda nos resta. Muito obrigada.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, quero inicialmente agradecer a V. Exa. o tempo concedido. Como Presidente desta reunião, possui autonomia, mas eu não ia proferir a questão de ordem que V. Exa. teria exposto.

Obviamente o motivo da nossa ansiedade de estar nesta tribuna é única e exclusivamente para agradecer os 66.941 votos que obtivemos na reeleição para o terceiro mandato. Agradeço primeiramente a Deus por ter-nos dado saúde, paciência e perseverança nessa árdua luta, mais uma etapa da nossa vida, que felizmente vencemos, e a todos os que novamente delegaram votos de confiança a minha pessoa. Posso dizer, com muita tranquilidade, que os votos que obtive nos 837 dos 853 municípios do nosso Estado - em apenas 16 deles não conseguimos

novamente obter votos -, mais uma vez, vieram, de forma bastante maciça, dos servidores da segurança pública - policiais civis, militares, Bombeiros, Agentes Penitenciários - e de muitos servidores públicos do Estado. Obviamente, nas cidades onde fizemos um trabalho mais próximo, como Setubinha, no Vale do Jequitinhonha, e Bandeira, obtivemos mais votos. Por isso estávamos ansiosos para fazer publicamente esses agradecimentos, já que a TV Assembléia nos permite, durante o pinga-fogo, utilizar esse espaço.

Gostaria de dizer que a nossa luta, a bandeira que levantamos em 1997, durante o nosso movimento reivindicatório, continua de pé e que estaremos aqui graças a Deus e a esses eleitores, cidadãos e cidadãs que confiaram novamente no nosso trabalho, um esforço sério, contínuo e de muita retidão. Tenho certeza de que temos dado retorno.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao longo destes sete anos e nove meses de mandato, aprovamos 12 leis, e a penúltima delas, da qual tivemos o prazer de ser o autor, criou o cadastro de pessoas desaparecidas no nosso Estado. Além desse cadastro, determinamos publicidade no "site" da TV Assembléia, na TV Assembléia e na Rede Minas. E, em obediência a essa lei, o Governador Aécio Neves desencadeou uma grande campanha chamada "Volta". Trata-se de uma das leis que reputo de grande importância para toda a sociedade. Entretanto sabemos que ainda falta muito para que as polícias civil e militar dêem um pouco mais de sossego e paz aos corações, principalmente aos das mães e dos pais das pessoas que vêm desaparecendo.

Estamos aqui para dar continuação, na Comissão de Segurança Pública e na de Administração Pública, a este trabalho relevante, que tem sido reconhecido pelos mineiros.

Portanto, Sr. Presidente, estávamos ansiosos para vir aqui agradecer-lhes. Conhecemos a responsabilidade da delegação do poder por meio do voto. Voto é coisa muito séria. Em todos os momentos durante esta campanha, falei aos meus companheiros e companheiras sobre a seriedade dessa delegação. Sinto-me tranquilo para continuar representando, nesta Casa, de forma legítima, essa parcela da sociedade. Continuaremos a trabalhar arduamente na segurança pública, apresentar projetos de lei, propor audiências públicas e seminários. Com o Deputado Edson Rezende, fomos autores da Frente Parlamentar de Segurança Pública em Minas Gerais, o que resultou em um seminário de segurança pública e na votação de 20 propostas prioritárias, em que estavam presentes dezenas de outros Deputados. Daremos continuação a esse trabalho e, acima de tudo, à defesa intransigente dos servidores públicos do nosso Estado, especialmente dos que põem em risco a vida ao sair de casa sem saber se retornam. Estaremos sempre nesta tribuna fazendo essa defesa, negociando com o Governador Aécio Neves, com o Presidente desta Casa, com o Líder do Governo e com as demais bancadas. Esse cidadão é o único servidor que, ao sair de casa, não tem garantia de voltar e que, muitas vezes, sacrifica a própria vida. Os profissionais da segurança pública são servidores que dão, pelo trabalho, aquilo que está mais resguardado por todo o nosso arcabouço jurídico: a vida. Aos que, durante a nossa campanha, tentaram de todas as formas estabelecer obstáculos e fazer com que houvesse divisões, digo que estamos de volta. Estaremos firmes aqui até 2010, para defender a segurança pública do nosso Estado e para sermos ouvidos, já que a TV Assembléia chega a mais de 300 Municípios do nosso Estado.

Graças a Deus, várias das nossas sugestões foram acatadas no plano de governo de Aécio Neves, tanto em 2002 quanto agora. Sabemos que medidas na segurança pública não podem ser tomadas com uma varinha mágica; elas têm que ser consistentes e permanentes. Recentemente foi entregue a 135 Municípios o Cinturão de Segurança Pública, com dezenas e mais dezenas de viaturas possantes, camionetas Mitsubishi 4x4, tudo isso para se fazer frente à nova etapa da segurança pública de Minas Gerais. Como disse na Comissão de Segurança Pública ao Secretário Anastasia, até então Secretário de Estado de Defesa Social, e ao Prof. Luiz Flávio Saporí, no dia em que o governo conseguisse fechar as carceragens da Furtos e Roubos eu iria pessoalmente à tribuna da Assembléia parabenizar o governo. A carceragem funcionava há cerca de 40 anos. Neste governo, não só a carceragem da Delegacia de Furtos e Roubos, mas também as da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos e a 9ª Distrital em Venda Nova foram fechadas porque nós, Deputados da Comissão de Segurança Pública, várias vezes, fizemos audiências públicas, cobranças e pressão política. A vontade dos policiais civis e dos militares é que a guarda da cadeia pública e das penitenciárias passe imediatamente para a Secretaria de Assuntos Penitenciários. Todavia isso não pode acontecer da noite para o dia. Precisa haver planejamento, uma nova construção, um novo aporte de recursos humanos para a Secretaria, o que, de certa forma, demanda todo um planejamento e um lado operacional para sua efetivação.

O governo vem cumprindo sua promessa de integração - e isso é importante. Sabemos que 18 cidades-pólo do interior do Estado receberão todo um treinamento e uma reciclagem para que as polícias continuem trabalhando de forma integrada.

A segurança pública precisa disso. Queremos aqui contabilizar o lado positivo do projeto Fica Vivo, que atua no campo da prevenção social, o que nenhum governo desenvolveu ao longo da história de Minas Gerais, já que nem mesmo ousou inovar na segurança pública, como esse governo vem fazendo. Portanto temos que cumprimentá-lo e continuar apoiando essas ações para que as Polícias Civil e Militar, os Agentes Penitenciários e os profissionais do Corpo de Bombeiros estejam, cada vez mais bem aparelhados, com um efetivo capaz de responder à demanda.

A nova proposta da lei de efetivo da Polícia Militar já chegou à Assembléia, bem como a proposta que traz uma nova regra de promoção na carreira dos policiais e Bombeiros Militares. Tudo isso foi fruto do avanço de negociações de que participamos, de sugestões e de nosso empenho e apoio ao longo deste mandato.

Sr. Presidente, recentemente perdemos dois companheiros. No total, neste ano, já perdemos cerca de quinze profissionais da segurança pública no embate do dia-a-dia, ora em serviço, ora trabalhando e tentando prender criminosos perigosos, ora em descanso, mas intervindo em ação policial ou apenas sendo reconhecidos por meio de sua identidade funcional e mortos de forma covarde.

No dia 1º de outubro, o Cb. Carlos Antônio Pacheco, na cidade de Ituiutaba, foi morto por marginais. Estava em serviço e tentava fazer um cerco-bloqueio a assaltantes.

No dia 13 de outubro, perdemos o Detetive Luís Fernando de Paula Jota, que ia sacar dinheiro em uma agência bancária. Seus filhos também foram vítimas, mas, graças a Deus, sobreviveram. O policial civil, entretanto, não teve a mesma sorte.

Esses profissionais certamente merecem todo o nosso respeito e apoio, e a Assembléia e o conjunto de Deputados têm dado sua contribuição. Tão grande é ela que já iniciamos a nova etapa da nossa vida política fazendo um apelo ao Governador, que tem agido de forma serena e tranquila, apresentando um projeto de ação governamental, que está na direção certa, no campo da segurança pública. Alguns cobram com certa impaciência, mas lembro-lhes que não adianta tentar fazer segurança pública da noite para o dia, pois não será realizada a contento nem será bem elaborada e bem executada. O governo está no caminho certo.

Já disse ao Governador Aécio Neves, ao Secretário Danilo de Castro e ao Secretário Antônio Augusto Anastasia - eleito Vice-Governador -, que está faltando apenas uma valorização maior.

Já colhemos a assinatura de 75 Deputados desta Casa, e entreguei pessoalmente ao Governador Aécio Neves o pedido do projeto que versa sobre o adicional de periculosidade.

Em consultas que realizei, Sr. Presidente, vários Estados da Federação pagam aos seus servidores da área de segurança pública o adicional por

atividade de risco, que varia, conforme lei federal, de 10% a 40%. Devemos continuar essa luta. Aqui estarei, e conto com a colaboração dos colegas, Deputados e Deputadas, para que o policial vença essa etapa e ganhe o adicional de periculosidade, já que a sua atividade é, além de mais estressante, a mais perigosa, entre todas as outras. Apenas este ano, 15 policiais morreram. No ano de 2003 morreram 29; em 2004, 34; e no ano de 2005, houve 24 mortes. Nenhuma categoria, Sr. Presidente, nenhum profissional do serviço público ou da área privada se expõe a tanto risco quanto esses servidores profissionais da área da segurança pública.

Novamente, estaremos aqui para, desta tribuna, cobrar do Governador Aécio Neves. Que ele envie, o mais rápido possível, o projeto que cria o adicional por atividade de risco, para que esses profissionais sejam contemplados, tendo em vista o estresse e a periculosidade no exercício das suas funções.

Sr. Presidente, a renovação desse mandato - o terceiro - requer, por parte da minha pessoa e de toda a equipe do gabinete, uma responsabilidade maior. Fico feliz, Sr. Presidente. Ao fazer uma pesquisa pelo País, informei-me de que fui o primeiro Deputado a ser eleito três vezes por uma categoria de servidores públicos. Portanto, é com muita felicidade que este Deputado transmite esta notícia da tribuna desta Casa. Apenas uma única categoria conseguiu conduzir-nos por três vezes ao mandato. Não há registro como este na história do Brasil, de que algum Deputado de alguma Assembléia Legislativa do País tenha sido reconduzido a um mandato por três vezes pela mesma categoria, e principalmente por ser uma categoria que se iniciou e ainda engatinha na participação política.

É com muita felicidade que recebemos essa informação. Certamente estaremos aqui, de pé e às ordens, para continuarmos prestando o nosso trabalho com retidão, com seriedade e, acima de tudo, com a nossa bandeira levantada para o alto, e dizer que estaremos firmes, defendendo os interesses da população, defendendo a segurança pública mineira. Continuaremos a ser parceiros do Governador Aécio Neves, que muito tem acertado na defesa da segurança pública deste Estado; falta apenas uma melhor valorização para os servidores públicos dessa área. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a importância do requerimento ora apresentado pelo Deputado Dinis Pinheiro trouxe-me outra discussão que talvez até não seja oportuna. Sei que os Srs. Deputados estão em seus gabinetes, e iremos votar à noite um veto que propus no Projeto de Lei Complementar nº 100, que altera a Lei Complementar nº 33, de 1994. O momento é oportuno para que os Deputados possam vir à noite sabendo o que é esse veto.

Eu e o Deputado Sebastião Helvécio participamos de uma discussão com o Tribunal de Contas, e ontem tivemos outro caso concreto. O Tribunal de Contas continua querendo tomar algumas atitudes anulando alguns atos, sob a alegação de que a lei é inconstitucional. Os argumentos apresentados pelo Conselheiros Antônio Carlos Andrada e Wanderley Ávila, ex-Deputado, até nos deixaram um pouco em dúvida. Mas, ontem, o caso foi mais grave.

O Presidente da Câmara, parece que o Conselheiro Flávio Régis, apresentou uma súmula não reconhecendo a aposentadoria dos funcionários públicos, aqueles da PEC nº 49, por meio da qual efetivamos as pessoas que estavam no limbo do serviço público - os quais não eram nem estatutários nem celetistas -, por uma organização do próprio governo e com o apoio do Prof. Anastasia, que foi quem criou a figura da função pública. Apresentamos uma emenda constitucional, que foi motivo de uma ação no Supremo em que se questionou a constitucionalidade da Emenda nº 49. O Supremo não acatou essa ação, determinando que ela fosse arquivada por inépcia da petição da Procuradoria do Estado, e isso está paralisado. Então, é uma emenda constitucional em pleno vigor, não reconhecida como inconstitucional pelo Supremo.

Agora o Tribunal de Contas diz que não pode aceitar que as pessoas beneficiadas com a Emenda à Constituição nº 49 usufruam das vantagens.

Sebastião, nós, que participamos naquele dia, precisamos voltar a discutir isso. Aliás, a emenda constitucional foi aprovada por Conselheiros que hoje estão no Tribunal de Contas e está em vigor. O Supremo não acatou a sua inconstitucionalidade, mas o Tribunal de Contas está dizendo que não pode efetivar, consolidar os atos administrativos, porque a Emenda à Constituição nº 49 é inconstitucional. O Supremo não declarou a sua inconstitucionalidade, e ela foi aprovada por esta Casa.

Alguns casos levantados naquela reunião têm até um pouco de lógica, para fluir as coisas no Tribunal de Contas. Mas há também esses excessos, como a manchete publicada nos jornais: "Tribunal de Contas determina a expulsão de 20 mil funcionários". De quem é essa irresponsabilidade: de quem deu a notícia ou de quem a plantou? Olha a inquietação dessas pessoas por causa de algo que não tem a mínima lógica!

O Governador vetou, a pedido do Tribunal de Contas, mas não estão tendo argumentos legais, porque a Assembléia aprovou uma emenda, tirando do Tribunal de Contas o poder de declarar a inconstitucionalidade de leis. Está havendo um conflito: é o Tribunal de Justiça ou o Tribunal de Contas? Em alguns fatos e atos, até entendo que tinham boa intenção de ter essa prerrogativa, de não poder consolidar ou convalidar atos públicos ou administrativos, sob a alegação de que aquela lei, municipal ou estadual, é inconstitucional. Com isso, não se dá seqüência ao procedimento, como foi o caso da função pública.

Sr. Presidente, chamo a atenção dos Deputados para que, na hora da votação do veto, pelo menos um grupo de Deputados discuta mais a prerrogativa que queremos dar ao Tribunal de Contas. Entendo haver um conflito de competência, porque os advogados mais espertos, aqueles que trabalham principalmente na área do direito administrativo, hoje não usam mais o Tribunal de Justiça para embargar qualquer ato administrativo das Prefeituras, usam o Tribunal de Contas. Como faremos?

Sebastião, tivemos um caso muito claro. O Tribunal não quer acatar uma emenda à Constituição! Precisamos discutir novamente isso. O veto chegou aqui no período eleitoral, e deixamos passar. Mas a notícia foi divulgada por todos os jornais no final de semana. É lógico que a minha emenda, vetada pelo governo a pedido do Tribunal, cria um sistema para que o Tribunal não possa declarar inconstitucional uma lei. Ele pode até suspender os atos, mas, enquanto o Tribunal de Justiça, que é o órgão competente, não se manifestar, esses atos não podem ser nulos. Hoje, naquelas brigas, principalmente em licitações no interior, em brigas de concessões de serviço público, os advogados estão indo diretamente ao Tribunal de Contas, porque não se dá seqüência àquele processo licitatório, àquele ato administrativo, pois a lei é inconstitucional. Cita a lei municipal ou qualquer uma, e assim ela não foi declarada inconstitucional.

Se for dessa forma, podemos fechar o Poder Legislativo, deixar o Tribunal de Contas fazer a sua legislação, bem como o Tribunal Superior Eleitoral, que também tem legislado. Infelizmente, o parlamento tem deixado isso acontecer. Trata-se, portanto, de um instrumento para que isso não mais ocorra. Está em nossas mãos. Temos de derrubar esse veto, hoje. E discutiremos lá na frente, porque temos de votar, está na faixa constitucional. Faço esse alerta aos Deputados. Vamos discutir mais uma vez. Não podemos acatar e aceitar que o Tribunal de Contas declare leis inconstitucionais, uma emenda inconstitucional! Repetirei isso várias vezes para que as pessoas entendam. Como faremos?

O que vamos votar para ser constitucional? O Supremo não considerou inconstitucional a Emenda nº 49.

Sr. Presidente, faço este alerta e agradeço-lhe a oportunidade. Faço isso para que, à noite, durante a votação do veto, os Deputados saibam o que estaremos votando. Queremos limitar as prerrogativas do Tribunal de Contas? Então, temos de derrubar o veto. Todavia, se queremos dar mais poder à referida Corte, para que ela possa até usurpar o que é de competência do Tribunal de Justiça, devemos manter o veto. Desse

modo, daremos mais uma prerrogativa ao Tribunal.

Deputada Maria Tereza Lara, o mais grave de tudo do que estou dizendo é que usam uma emenda do Supremo de 1961. Isso é o mais grave! Já passamos pelo Golpe Militar de 64, pela ditadura militar, pela redemocratização e chegamos ao regime democrático. Temos a Constituição de 1988. No entanto, para garantir esse poder, essa força do Tribunal de Contas, eles alegam uma resolução do STF de 1961. Esse fato é bom para que os advogados desta Casa alertem os Deputados. Há algo errado nisso. Se queremos dar muita força ao Tribunal de Contas para que ele, daqui a alguns dias, passe até a legislar em nosso nome - é o que vai acontecer -, devemos manter o veto. Entretanto, se queremos trazer para esta Casa o poder de legislar, de ter o controle desses órgãos, temos de derrubar o veto do Governador. Estou certo de que isso não interessa ao governo do Estado, mas aos Conselheiros e a algumas pessoas do Tribunal de Contas, que não dispuseram de muitos argumentos. Aliás, apresentaram alguns argumentos que deixaram todo o mundo em dúvida, ou seja, não convenceram as pessoas de que o Tribunal deve continuar tendo essas prerrogativas, sob a alegação de que a lei é inconstitucional. Ademais, a referida Corte não pode declarar leis inconstitucionais.

Deixo este alerta aos Deputados presentes e aos que estão em seus gabinetes a fim de que analisem a lei, para, nesta tarde ou à noite, fazermos uma discussão mais clara e decidirmos se manteremos ou derrubaremos o Veto à Proposição de Lei Complementar nº 100.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Laudelino Augusto* - Deputados e Deputadas, distinta Mesa, a propósito do questionamento do Deputado Antônio Júlio, apresentarei a minha contribuição. Aliás, há várias semanas, estou inscrito para a discussão da derrubada do veto por ele mencionado, referente ao Tribunal de Contas.

Temos de aprofundar vários itens, entre eles, os critérios para a escolha de Conselheiros e Conselheiras do Tribunal de Contas. Hoje ouvimos a leitura da mensagem do Governador, em que solicita à Assembléia a sabatina e a aprovação ou não do nome de uma Conselheira. Conforme já disse na tribuna, não tenho nada contra a referida pessoa, porém questionamos o critério de indicação para o Tribunal de Contas.

Para contribuir com a reflexão do Deputado Antônio Júlio, vou ler o artigo "A Farsa dos Tribunais de Contas", de Roberto Romano, bem conhecido e respeitado no nosso país. Os Tribunais de Contas são usados para encobrir falcatruas. Nesse caso, passam nessas Cortes contas que jamais passariam no tribunal comum. Aprovam-se contas de Prefeituras, câmaras municipais, governos estaduais e federais, autarquias, etc.

Vou ler alguns trechos para contribuir com o debate e o encaminhamento. "A farsa dos Tribunais de Contas. A vida política tem fundamento na fé pública. Sem ela, não faz sentido eleger ninguém para administrar o bem comum. Se os cidadãos possuísem a certeza de que nenhuma individualidade merece confiança, o Estado desabaria com a vida civil, com o mercado e com as atividades múltiplas do coletivo.

Enquanto resta apoio nas consciências à associação cívica, as palavras que designam suas funções devem ser bem definidas. Tal exigência de um apuro na linguagem é para que seja possível a obediências aos poderes. Como aceitar uma lei formulada de modo ininteligível aos governados? É possível obter adesões do maior número, se a massa não compreende a linguagem normativa?".

Vou pular um trecho para mostrar realmente o que queremos comunicar.

"Ouvimos falar, como se fosse algo certo, em Tribunais de Contas nos Municípios, nos Estados, na Federação. Esse deslize nos termos conduz a um outro, semântico, o qual resulta no reforço da corrupção política. Tribunal tem origem no latim 'tribunus', dignidade de quem fala e julga em nome do povo ou dos soldados. Na República Romana, disputas violentas deram-se ao redor da 'tribunícia potestas'. Por volta de 36 a.C., a plebe, para se defender de impostos abusivos e de outros atentados do Imperador, passou a confiar cada vez mais nos tribunos, donde o acréscimo da autoridade daqueles últimos, chegando ao respeito superlativo, a idéia de uma 'tribunícia sacrosanctitas'.

A majestade dos tribunais, desde o Império Romano, reside na confiança depositada em sua integridade, prudência e saber. No Estado moderno, costuma-se encarar os magistrados como seres excepcionais, tanto no conhecimento das leis quanto em madura sabedoria humana. O exagero nesse sentido gerou uma casta, com freqüência insensível às dores e às alegrias dos cidadãos, votada ao fetiche de parágrafos legais e fugindo ao sentido político de seu ministério, o de proteger o direito e a justiça da ordem pública". No caso, seria o ministério de todos os tribunais.

"Mas, se exagero existe, isso não é motivo para que se utilize o nome da magistratura para acobertar todo o jogo de trocas e compromissos políticos que imperam entre os Executivos e os Legislativos. Os títulos de 'tribunais' e de 'juízes' aplicados às instituições menores, destinadas a auxiliar no ordenamento das contas oficiais, são um atentado à dignidade das togas. Os 'juízes' mencionados não raro desconhecem as bases técnicas do Direito, não assumem a defesa das leis (seu compromisso é com os Executivos poderosos o bastante para nomeá-los e com as maiorias ocasionais dos parlamentos). A usurpação do nome de 'tribunais' serve aos espertos governantes e demagogos na tarefa de absolver, diante da opinião pública, contas tortuosas, passíveis de punição em tribunais verdadeiros".

Aqui ele dá alguns exemplos, que em outra oportunidade poderemos citar. Por exemplo, em Ribeirão Bonito tivemos um caso que ficou famoso no Estado, no País e até no exterior. Alguns cidadãos e cidadãs levantaram a questão de corrupção no governo municipal de Ribeirão Bonito, São Paulo. Eles conseguiram provar. No entanto, o Tribunal de Contas de São Paulo já havia aprovado sem ressalvas as contas.

Isso está acontecendo também em Minas Gerais. Foi preciso que o jornal "Folha de S. Paulo" publicasse isso, já que os jornais mineiros não o fizeram nem o fazem, pois estão blindados. As contas do Governador referentes à saúde foram maquiadas. Isso foi publicado na "Folha de S. Paulo" do mês de agosto, e posteriormente houve mais alguns comentários. A conta da saúde deveria ser de 12%. No entanto, somente 6,4% são de fato destinados à saúde. Verba que deveria ser destinada à saúde foi, na verdade, destinada ao Corpo de Bombeiros, à Copasa, ao Ipsemg, à reforma de prédio e de hotel em Araxá e ao Ima; e, ao final, os Conselheiros do Tribunal de Contas de Minas Gerais aprovaram, sem ressalvas, as contas do Governador.

Declarar inconstitucionalidade é algo sério. Parece que há uma súmula do Tribunal Superior que determina que isso é possível, que essa é uma função do Tribunal de Contas. Todavia estamos questionando outro item, ou seja, o critério de escolha dos Conselheiros. Se o corpo técnico do Tribunal é capaz de aprofundar e dar o seu parecer notoriamente técnico, por que os Conselheiros devem dar um parecer político? Não conseguimos entender isso. Devem ser sete os Conselheiros, mas há apenas seis. Está faltando um, que está sendo indicado agora. Quase todos são ex-Deputados ou Deputados na ativa, e a própria Assembléia propõe, por meio de um relatório de comissão especial, que Deputados na ativa não sejam nem candidatos. O candidato civil, o contador, que conhece de fato a questão, foi candidato e não pode nem sequer votar, saindo em desvantagem, pois os dois candidatos Deputados votaram, e o que não é Deputado não pode votar. Portanto, essas são algumas exceções nas quais precisamos nos aprofundar. O veto que votaremos hoje ou amanhã é uma oportunidade para discutirmos e aprofundarmos os critérios éticos e, no caso do Tribunal de Contas, os critérios notoriamente técnicos para a escolha de Conselheiros.

Essa foi a minha contribuição no que se refere à proposta do Deputado Antônio Júlio. Voltaremos a discutir esse assunto quando apreciarmos o veto. O povo mineiro precisa saber que o Tribunal de Contas é notoriamente político e emite pareceres contrários aos técnicos. Já emitiu pareceres contra, com ressalvas às contas do Governador de 2004 e 2005. No entanto, vem para cá com aprovação, sem ressalvas. Devemos aprofundar esse assunto. O povo mineiro merece consideração, pois está suando para pagar os impostos e manter esta Casa, o Tribunal de Contas, os demais tribunais e órgãos que precisam trabalhar bem em defesa do povo. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/10/06, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Leonardo Quintão

exonerando João Alberto Paixão Lages do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Maria Ilma Sousa Damasceno para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2006

CONCORRÊNCIA Nº 2/2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que em virtude do recebimento de recurso, fica suspensa a sessão pública marcada para o dia 24/10/2006, às 14h30min, para a abertura do envelope contendo a proposta de preços da Concorrência nº 2/2006, que tem como objeto a contratação de empresa especializada de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 12 elevadores; 2 plataformas para portadores de necessidades especiais e adequação de 7 cabinas de elevadores Atlas e 1 cabina de elevador Montele, até que se defina nova data.

Belo Horizonte, 23 de outubro de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Televisão America Latina-Tal Ltda. Objeto: cessão gratuita dos direitos de exibição de programas da TV Assembléia. Vigência: 5 (cinco) anos, a contar da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.